



PROFHISTÓRIA

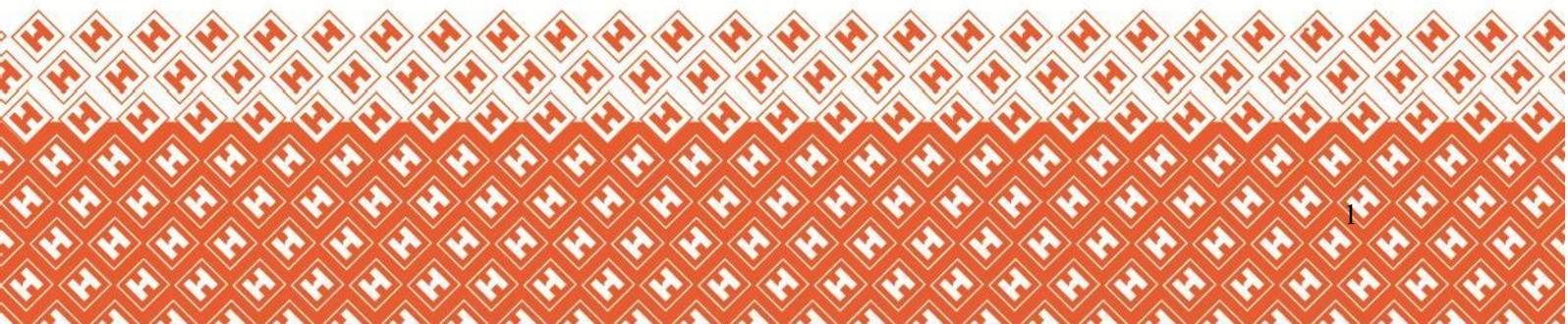
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

GIOVANNA FRADE PEZZINO

**Ações de liberdade e cotidiano da
escravidão na Corte (1850 – 1888):
experiências femininas, trajetórias de vida e
Ensino de História**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2021



Giovanna Frade Pezzino

**Ações de liberdade e cotidiano da escravidão na Corte (1850 – 1888):
experiências femininas, trajetórias de vida e Ensino de História**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Ensino de História – ProfHistória
– da Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro, como requisito parcial para a obtenção
do grau de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Keila Grinberg

Rio de Janeiro

Setembro

2021

Ações de liberdade e cotidiano da escravidão na Corte (1850 – 1888):
experiências femininas, trajetórias de vida e Ensino de História

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós- Graduação em Ensino de História –
ProfHistória – da Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Keila Grinberg – UNIRIO
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Mariana de Aguiar Ferreira Muaze -
UNIRIO

Prof.^a Dr.^a Ynaê Lopes dos Santos - UFF

Prof.^a Dr.^a Anita Correia de Lima Almeida -
UNIRIO (Suplente)

Em razão disto é ir à luta e garantir os nossos espaços que, evidentemente, nunca nos foram concedidos.

Lélia Gonzalez

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu Pai Oxalá e a todos os meus anjos de guarda. Sem a espiritualidade eu nem levantaria da cama todas as manhãs. As minhas crenças me mantêm de pé, e me dão força.

Agradeço meus pais, Geraldo e Alzira, que são minha base e meu suporte, me apoiam em todos os momentos e vibram a cada conquista minha.

Agradeço também às minhas duas melhores amigas, minha irmã Gianne e minha prima Helen. Com ambas compartilho os melhores momentos da minha vida em família, e também a profissão, pois tenho a honra de ser professora ao lado das duas. Da Helen herdei também o amor pela História e pela UNIRIO.

Esse trabalho não seria possível sem a orientação cuidadosa, gentil e atenta da professora Keila Grinberg. Ao longo desses anos, desde 2009, pois também fui sua aluna na graduação, tive uma imensa oportunidade de aprender e partilhar com essa pesquisadora tão importante.

Agradeço muitíssimo à todos os professores e colegas os quais encontrei nesses dois anos do Mestrado, em especial a professora Mariana Muaze pelo “empurrão” na escolha do meu tema e pelas sugestões na qualificação, à professora Aline Montenegro por me apresentar tantas possibilidades sobre educação patrimonial e à professora Anita Almeida pela generosidade de partilhar sua análise sobre meu projeto de pesquisa durante a minha qualificação.

Agradeço a todos os meus companheiros de trabalho, em especial Renata, Daiane, Raphael Moreira e Rafael Chaves, que tornaram-se mais que colegas de profissão, mas também amigos. Poder dividir os surtos com vocês é importante para seguir em frente. Ao último minha eterna gratidão por todo o apoio e suporte nessa jornada acadêmica.

Hana Mariana e João, teria sido muito mais difícil sem as nossas conversas. Todas as nossas trocas acadêmicas e pessoais me trouxeram até aqui. Tenho muito orgulho de ser amiga de dois jovens historiadores tão promissores.

Agradeço a todos os meus amigos, muito deles conheci durante a graduação na UNIRIO, e sem eles para compartilhar tantas alegrias a vida não teria tanta graça.

Por fim, agradeço imensamente às equipes do colégio em que leciono, eles foram fundamentais para que eu pudesse colocar em prática minha oficina. E de maneira muito especial e carinhosa meus alunos, todos eles, desde a minha primeira sala de aula, foram importantes nessa caminhada. Mas em especial os alunos que embarcaram no meu projeto e criaram biografias belíssimas para Felicidade e Maria.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as possibilidades de uso da historiografia acerca da resistência escrava feminina, além de fontes históricas do período (1870-1888), nas salas de aula da educação básica. Indicando alguns caminhos para que os usos didáticos das fontes, primárias e secundárias, venham a possibilitar aos alunos a construção de um novo olhar acerca dos escravizados no Brasil do século XIX.

Palavras-chave: Escravidão; Fontes Históricas; Ensino.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the possibilities of using the historiography about female slave resistance and some historical sources from the period (1870-1888) in elementary classrooms. The purpose is to indicate some ways for the didactic uses of primary and secondary sources in order to build, among students, a new perspective about the enslaved people in nineteenth-century Brazil.

Keywords: Slavery; Historical Sources; education.

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1: Usos e possibilidades da historiografia sobre a escravidão no Brasil em sala de aula	13
1.1 – Transposição didática e resistência escrava	13
1.2 – Metodologia	21
Capítulo 2: Proposta de oficina didática	23
Capítulo 3: Resultados da aplicação da oficina.....	37
3.1 – Diário de Bordo	37
3.2 – Análise dos textos produzidos	43
Considerações finais	51
Referências Bibliográficas	53
Anexos	55
Anexo 1	55
Anexo 2	57
Anexo 3	62
Anexo 4	72
Anexo 5	72
Anexo 6	73
Anexo 7	73
Anexo 8	74
Anexo 9	77
Anexo 10	78
Anexo 11	80
Anexo 12	81

Introdução

Ingressei no ProfHistória em março de 2019 e, recordo-me que numa primeira reunião com a coordenação do programa na UNIRIO, a então coordenadora, professora Leila Bianchi perguntou aos ingressantes quais eram as ideias que cada um tinha a respeito do projeto de pesquisa. Logo com essa primeira conversa, despertou-me a possibilidade de analisar o uso das fontes históricas na sala de aula.

O uso de fontes sempre fez parte do meu cotidiano docente. Ainda que eu não refletisse de forma acadêmica sobre essa prática, ela sempre esteve presente em minhas aulas, e credito isso à meus professores de História da educação básica que sempre fizeram questão de incluir nas atividades em sala de aula alguma análise sobre as fontes. Carreguei essa lembrança comigo, e a reproduzi desde o início de minha jornada docente.

Pareceu-me interessante a oportunidade de analisar e pesquisar a respeito desta prática naquele momento em que eu fazia parte de um programa de pós-graduação voltado para o Ensino de História, e por isso segui com ideia, mas sem nenhuma noção de recorte temporal ou temático para tal. A professora Keila Grinberg me acolheu como orientanda antes mesmo dessa delimitação, apenas com a ideia inicial do trabalho com as fontes.

Ao longo do primeiro semestre de 2019, os recortes foram sendo traçados com a ajuda fundamental da professora Mariana Muaze, que ao ministrar uma disciplina sobre Gênero e Escravidão me inspirou a refletir sobre a possibilidade de estudar as resistências escravas femininas.

Nessa disciplina entrei em contato com discussões teóricas que, se não são novas, eram novas para mim, como Angela Davis, Joan Scott, bell hooks e Nilma Lino Gomes. Além de discutir trabalhos importantes para a historiografia da escravidão no Brasil: Juliana Barreto Farias, Sheila de Castro Faria, Maria Helena Machado e Camillia Cowling. Essas leituras e debates me abriram para os horizontes do tema da escravidão feminina, e suas formas de agência.

Traçado este recorte e coincidentemente sendo orientada por uma grande pesquisadora da escravidão iniciei a leitura que me apresentou as duas personagens centrais desse trabalho. Em *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, o historiador Sidney Chalhoub (2011) analisa uma série de documentos, como processos criminais e ações de liberdade com o objetivo de

compreender os significados da liberdade para os escravizados na segunda metade do século XIX. Chalhoub faz uma minuciosa análise de todos os casos descritos no livro, e um deles em especial chamou bastante atenção: a ação de liberdade iniciada em 1870 por uma jovem de nome Felicidade vendida e separada de sua mãe, Maria Anna do Bonfim.

Este caso é narrado com muita riqueza de detalhes pelo autor, e traz em seu enredo personagens, questões e ações que foram trabalhadas nesta pesquisa: duas mulheres, mãe e filha, recorrendo à justiça para “preservar uma relação que havia sido atropelada pelas transações comerciais típicas da escravidão” (CHALHOUB, 2011, p. 60).

Este processo está disponível para consulta no Arquivo Nacional e, é o documento principal de análise desse cotidiano da escravidão ainda pouco discutido nas salas de aula¹. A partir desse documento foi analisado de que maneira essas nuances da escravidão, já muito discutidas nas últimas décadas pela historiografia², podem ser incluídas de forma mais abrangente no Ensino de História.

Como produto, desenvolveu-se uma oficina, nos moldes do projeto *Detetives do Passado*³, que utilizou tanto a ação de liberdade da Felicidade como outras fontes primárias e secundárias. O objetivo era que elas possibilitassem aos alunos o acesso a fontes históricas, bem como a construção de um novo conhecimento acerca da escravidão no Brasil, e a compreensão de que os escravizados eram também agentes de sua história apesar dos horrores do cativeiro. Felicidade, sua mãe Maria do Bonfim, Liberata⁴ e tantas outras mulheres escravizadas nos mostram isso.

A fonte principal desta pesquisa, portanto, é esta ação de liberdade, que contemplou o objetivo de discutir resistência escrava feminina, bem como questões relacionadas à maternidade escrava.

¹ Quando há a referência à “sala de aula”, refiro-me à minha atuação enquanto docente de uma escola privada. Não tive a intenção, neste trabalho, de extrapolar os limites do meu campo de atuação.

² Além do Chalhoub (2011) outras discussões sobre o cotidiano da escravidão foram acompanhadas, podemos citar Sandra Graham (2015), Keila Grinberg (1994 e 2011), Camillia Cowling (2018) e Mariana Muaze (2018).

³ O projeto Detetives do passado foi idealizado pelas pesquisadoras Anita Almeida e Keila Grinberg e é vinculado ao NUMEM (Núcleo de Documentação História e Memória) da Escola de História (UNIRIO), disponível em: <http://www.numemunirio.org/detetivesdopassado/>, acesso em 23/07/2021.

⁴ Liberata foi uma escravizada que também entrou com uma ação de liberdade, seu caso foi analisado pela pesquisadora Keila Grinberg no livro intitulado *Liberata - a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX* (1994).

Dar protagonismo a essas ações foi a principal justificativa desta pesquisa. A partir da minha prática em um colégio particular, e do material didático utilizado pela mesma, percebe-se que ainda há uma abertura tímida para discussões mais profundas sobre as mais variadas formas de resistência escrava, principalmente da ação de mulheres escravizadas nesse contexto. Com a pesquisa, e com o produto didático pretendeu-se abrir espaço para que nós, professores da educação básica, possamos discutir esse cotidiano da escravidão feminina dentro das salas de aula.

Além disso, há uma necessidade em trazer para o centro do debate um grupo social que tem cada vez mais levantado a voz e se fazendo presente nos mais variados espaços de produção do conhecimento, as mulheres. Essas mulheres, que nas salas de aula são ainda meninas, pouco se vêem representadas nas aulas de história.

O Ensino de História ainda privilegia a História dos grandes eventos, focado nos feitos dos grandes homens. Ao longo do ano letivo falamos de homens, guerras, imperadores e processos de colonização, em salas de aula em que boa parte dos alunos são meninas, e dessas meninas, muitas são negras. Existe um abismo entre o que está proposto no currículo escolar e o que aqueles alunos poderiam conhecer. Conhecimentos que estivessem mais ligados a sua realidade, principalmente tratando de temas como raça e gênero.

Entende-se que há um espaço que pode ser preenchido com personagens que façam mais sentido para os alunos. E principalmente, para as alunas, que podem e sentiram-se representadas, como veremos no capítulo 3, ao analisarem o caso da Felicidade, mulher e escravizada que foi agente da sua história e que lutou pela liberdade ao lado de sua mãe, uma negra forra.

As pesquisadoras Flávia Eloisa Caimi e Letícia Mistura (2010, p. 243) analisam a presença das mulheres nos livros didáticos, e concluem:

O livro didático parece ter, de fato, uma extrema dificuldade em integrar as renovações historiográficas propostas pela história de gênero. Com isso, define papéis normativos não só aos gêneros, mas também aos sujeitos históricos, que ainda aparecem predominantemente circunscritos aos grandes personagens. As questões de gênero permeiam e fazem parte do ambiente escolar, porém um dos grandes instrumentos do ensino de história ainda não dá conta de suprir os questionamentos que a própria disciplina histórica já apropriou e discutiu.

Essa constatação das autoras, apesar de ter sido feita há quase uma década, ainda nos permite questionar o papel das mulheres nos livros didáticos, bem como a

compreensão de que as grandes inovações no campo da historiografia sobre gênero e escravidão possuem um espaço restrito em sala de aula.

Pretendeu-se assim, ocupar esse espaço trazendo para o centro da pesquisa e do produto didático a história de uma mulher escravizada. Porque mulheres fazem história, mulheres estudam história e precisam ter espaço nas salas de aula.

O capítulo 1 apresenta e analisa as pesquisas historiográficas utilizadas para compor a oficina didática apresentada no capítulo 2. Já o capítulo 3 apresenta os resultados da aplicação da oficina, bem como uma análise dos textos produzidos pelos alunos no ensino fundamental e ensino médio. Como anexos temos a íntegra dessa produção e a versão final da oficina didática.

Capítulo 1: Usos e possibilidades da historiografia sobre a escravidão no Brasil em sala de aula

1.1 - Transposição didática e resistência escrava

Em um texto clássico, sobre ensino aprendizagem de História, o pesquisador Ilmar Mattos⁵ aposta na interpretação de que o professor de História é também autor de suas aulas. Para ele, uma aula de história é também um texto, que é escrito pelo professor em conjunto com os seus alunos, portanto, a aula é uma construção coletiva.

Além disso, Mattos aponta que o professor escreve sua aula mobilizando a historiografia disponível sobre determinados temas, ou seja, ele faz uma transposição didática, daquilo que já foi pesquisado, para a construção do saber histórico escolar. É importante destacar que essa transposição, “não será jamais a mera repetição ou transcrição do texto lido.” (MATTOS, 2007, p. 12). Podemos observar esta afirmação nos materiais didáticos: a historiografia aparece todo o tempo nos livros ou apostilas, não transcrita, mas transposta para a linguagem escolar.

Partindo dessas premissas do professor Ilmar Mattos podemos fazer algumas indagações sobre o Ensino de História no ensino básico. Estariam os materiais didáticos acompanhando as novas discussões historiográficas? Os debates mais recentes sobre a escravidão no Brasil estão disponíveis à professores e alunos nos livros e apostilas?

Essas são perguntas que vêm sendo feitas e discutidas pelos mestrados do ProfHistória. Fazendo uma rápida pesquisa pelo banco de dissertações⁶ percebemos que há inúmeros trabalhos que trazem essas reflexões sobre os mais variados temas: gênero, ditadura civil-militar, ensino de história da África e da história indígena. Vários trabalhos discutem as possibilidades de estudos historiográficos mais recentes dentro das salas de aula.

Como nenhum trabalho parte do vazio e nenhum pesquisador é uma ilha, este trabalho está inserido nessas novas reflexões sobre o Ensino de História e a transposição didática da historiografia. A proposta deste capítulo é analisar como as pesquisas, mais antigas ou mais recentes, sobre a resistência escrava no Brasil oitocentista, podem ser utilizadas para aprofundar essa temática nas aulas de História. E como essas mesmas

⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Mas não somente assim! Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História”. *Tempo*, v.11, n. 21, pp. 5-16, 2007.

⁶ Dissertações consultadas no Banco de dissertações do ProfHistória, no site do programa <https://profhistoria.ufjf.br/banco_tese>, acesso em 04/02/2021.

pesquisas foram fundamentais para a construção da oficina didática proposta e discutida nos capítulos seguintes.

Partimos da atuação docente em um colégio particular, e do material utilizado por ela, fazendo uma análise bem específica e alinhada à realidade que encontramos todos os dias ao lecionar nesta escola. O material didático é apostilado, para todos os níveis de ensino, educação infantil, ensino fundamental (anos iniciais e anos finais) e ensino médio. Essa mesma apostila é utilizada por outras escolas que adquirem este mesmo sistema de ensino, trata-se de um material bastante utilizado hoje no Brasil. Essa é uma tendência educacional brasileira, desde os anos 1990 inúmeras escolas aderem à sistemas de ensino apostilados em detrimento da utilização de livros didáticos.⁷

Ainda que este trabalho esteja inserido em uma realidade específica, ele abrange outras realidades escolares, pois o material didático utilizado pelo colégio é vendido e utilizado por muitas escolas no Brasil e, decerto, não está deslocado de outras apostilas e também livros didáticos.

Atuo, majoritariamente, no ensino fundamental anos finais, em turmas de 6º ao 9º, tanto as discussões feitas ao longo da dissertação como o produto didático baseiam-se nessas turmas, em especial 7º e 8º ano pela temática abordada. Escravidão moderna faz parte do conteúdo programático de ambas as turmas.

O desejo de dedicar-se ao estudo das resistências escravas femininas vem, em partes, de uma falta, um distanciamento, daquilo que estava sendo debatido dentro da academia e que era pouco percebido em sala de aula. Primeiro porque não possuem um grande destaque nas apostilas. E depois porque em minha formação inicial, na graduação, eu não tive acesso a alguns desses debates⁸, então, em muitos casos, sequer, essa falta foi sentida. Passou a ser sentida quando começaram as aulas do mestrado, e fui relendo e também conhecendo novos e antigos debates dentro da historiografia, sobretudo da escravidão no Brasil.

A partir desta falta propõe-se apresentar alguns trabalhos historiográficos que podem ser utilizados nas salas de aula da educação básica quando o tema é escravidão.

⁷ Recordo-me que durante meus anos escolares, em um tradicional colégio católico, utilizei dois sistemas de ensino: Positivo e Pentágono.

⁸ Ao longo das últimas duas décadas, com a entrada de novos atores nas universidades brasileiras, negros e de classes menos favorecidas, além de indígenas (homens e mulheres), graças às políticas públicas de democratização do ensino superior dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), novas demandas surgiram na academia. Sem dúvida, os objetos de estudos que tratam das mulheres, negros e indígenas foram ganhando destaque, mas são processos lentos. Em minha graduação iniciada no ano de 2009, alguns debates que hoje são muito recorrentes nos cursos de História, como os estudos decoloniais, e de gênero não fizeram parte da minha formação inicial. Tive a oportunidade de me aprofundar nesses temas agora no mestrado, e inclusive, esse é um dos motivos para a escolha de meu objeto de estudo.

Alguns desses trabalhos são clássicos, outros, mais recentes, mas todos eles trazem estudos sobre ações dos sujeitos escravizados que, se por um lado, já são discutidos há décadas na academia, por outro ainda não aparecem com muito destaque na educação básica. Começaremos pelos clássicos.

Em 1990 foi publicada a primeira edição de uma obra que é referência para a maioria dos historiadores da escravidão: *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* do pesquisador Sidney Chalhoub sem dúvida alguma é um clássico⁹, e mesmo após 30 anos de sua publicação há pouquíssimo de seu trabalho nos materiais didáticos. Chalhoub traz uma rica análise sobre variados tipos de documentos referentes à escravidão no Império do Brasil, que vão desde cartas de alforria, processos criminais, literatura de época, além das ações de liberdade, esta última é a menina dos olhos da presente pesquisa.

Toda essa documentação foi utilizada pelo autor para compreender os significados da noção de liberdade que os escravizados, das últimas décadas da escravidão, possuíam. Além disso, o historiador nos traz uma série de possíveis espaços ocupados por esses escravizados, que passam despercebidos quando analisamos as aulas de história.

Por exemplo, as ações de liberdade não possuem espaço no material didático. No capítulo referente à crise do Império¹⁰, que abrange a causa abolicionista, a apostila cita Luiz Gama como um importante abolicionista, mas não fala sobre sua atuação como advogado e, conseqüentemente, não cita as ações as quais ele representou escravizados na busca pela liberdade. No espaço em que as ações poderiam aparecer, no contexto da causa abolicionista, em especial na atuação de Luiz Gama, isto não acontece.

Esse capítulo da apostila poderia abordar de forma mais rica a causa abolicionista, explorando as ações de liberdade, a fim de dar maior protagonismo aos escravizados e libertos dentro do movimento abolicionista.

A ação movida por Felicidade com ajuda de sua mãe Maria Anna do Bonfim, nossas duas “heroínas”, foi amplamente analisada por Chalhoub, e por se tratarem de duas mulheres essa ação chamou bastante atenção. O autor aponta uma realidade bastante cruel a qual os escravizados eram submetidos, “os negócios da escravidão

⁹ A edição utilizada neste trabalho é a edição de bolso, publicada em 2011, pela Companhia das Letras.

¹⁰ Decidiu-se preservar a referência bibliográfica do material didático.

separaram duas negras, mãe e filha” (CHALHOUB, 2011, p. 59), mas aponta um caminho de resistência da mãe:

a preta velha despenca do alto do mapa e vem parar na Corte à procura da filha escrava; ela localiza a filha em outra província e concebe uma forma de trazê-la para o Rio; finalmente, as mulheres acionam a solidariedade de outros negros e acabam conseguindo o dinheiro para a compra da alforria de Felicidade, só que para isso contraem um empréstimo que elas não tem como pagar. (CHALHOUB, 2011, p. 59)

Observando o início da história de Felicidade e sua mãe, conseguimos coletar uma série de nuances da escravidão que raramente são explorados nos materiais didáticos, e por esse motivo foram utilizadas como fio condutor da oficina didática fruto desta pesquisa. A violência física da escravização de seres humanos é sempre destacada, seja num texto, ou num dos vários famosos quadros do Debret. Mas a violência da separação de uma família e a tentativa de reencontro, nem sempre. A menção à solidariedade entre escravizados não é feita em nenhuma das apostilas das séries que leciono¹¹, assim como a possibilidade de pessoas negras escravizadas e libertas conseguirem um empréstimo. Tomando como base a história da Felicidade, são muitas as ações na vida dos escravizados que ficam de fora de uma aula sobre escravidão.

Para não ficarmos com uma sensação de “terra arrasada” podemos citar um capítulo em especial da apostila do 7º ano cujo o título é “Escravidão colonial e resistência negra”¹², que traz em poucos parágrafos algumas formas de resistência escrava, entre elas: a fuga, a formação de quilombos, com destaque para Palmares, as sabotagens, abortos, e a alforria. Nenhuma menção às ações de liberdade ou a forma como essas alforrias eram conquistadas. Apesar do título, o capítulo traz mais detalhes da violência da escravidão, ao narrar por exemplo as viagens nos tumbeiros, os castigos físicos e o trabalho árduo no campo, do que das formas de resistência em si.

De toda forma, um capítulo à parte para trabalhar este tema parece bastante promissor, tendo em vista que durante muito tempo esta temática ficou restrita à capítulos referentes à economia colonial açucareira. Mas falta ainda uma atenção especial às resistências. Por exemplo, as alforrias são citadas, mas não é mencionado de que maneira esses escravizados a conquistaram.

¹¹ Este capítulo usou como referência apostilas dos anos de 2018, 2019 e 2020, e nessas faltam essas discussões. As apostilas do ano letivo de 2021 sofreram algumas alterações e, no material do 8º ano há uma capítulo que trata dos legados da escravidão nas Américas, em que as questões relativas a resistência cultural e redes de sociabilidades negras no século XIX são levantadas, um importante avanço.

¹² Decidiu-se preservar a referência bibliográfica do material didático.

Existe um grande número de trabalhos sobre alforria, tanto na Colônia, como no Império, que analisam os mais variados aspectos da alforria: formas de obtenção, incidência no que diz respeito ao gênero, origem do escravizado, bem como análises específicas por regiões. Ainda que esses dados sejam muito detalhados para um material didático destinado ao ensino fundamental, mencionar as alforrias sem citar as formas como um escravizado as conquistava deixa uma lacuna, que poderia ser preenchida para que o aluno tenha a compreensão de que não era algo simples de conseguir, e que dependia de uma série de fatores, incluindo a capacidade de negociação do sujeito escravizado.

Maria Anna do Bonfim é uma negra forra, como aponta a ação de liberdade de sua filha Felicidade. A ação não dá pistas de como ela conquistou essa alforria, mas é importante saber quais as possibilidades haviam. Se o aluno acessar o material didático não vai conseguir fazer um exercício de imaginação a esse respeito, pois faltam essas informações, não porque elas não existam na historiografia, mas porque não houve esse exercício de transposição didática. Este trabalho insere-se nesse contexto, através de uma oficina didática trazer para a discussão em sala de aula, determinados aspectos da escravidão que escapam aos materiais didáticos.

As historiadoras Katia Lorena Novais Almeida e Sheila de Castro Faria apontam que a alforria era uma prática comum no Brasil, e poderia ser conquistada de diversas formas. Existiram as alforrias pagas, incondicionais, quando o escravizado pagava por sua alforria, “a maioria das alforrias pagas foi custeada através do resultado do trabalho da própria beneficiada.” (FARIA, 2008, p. 13). O escravizado poderia acumular pecúlio, que geralmente era utilizado para a compra da própria carta de alforria. E as condicionais, quando o senhor, além do pagamento estabeleceu uma condição a ser cumprida, que poderia ser por exemplo, acompanhá-lo até sua morte.

Houveram também as não pagas, que poderiam ser condicionais, quando o escravizado não pagou pela sua alforria, mas precisou cumprir uma condição para concretizar sua alforria, que também poderia ser nesses casos acompanhar seu senhor até a morte, ou ainda acompanhar a esposa do senhor enquanto ela fosse viúva, ou seja, até a morte da esposa de seu senhor. Além das gratuitas, “aquela em que não se faz menção a pagamento ou cumprimento de condições. Esse tipo de carta, em geral, pressupunha alguma afetividade entre o senhor e o escravo, que compreendia variados tipos de relação.” (ALMEIDA, 2007, p.166).

Outra pesquisadora referência nos estudos sobre as questões jurídicas em torno da escravidão é Keila Grinberg, que possui um trabalho clássico sobre as ações de liberdade, a menina dos olhos desta pesquisa e da oficina didática. Em *Liberata – a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX*, Grinberg (1994) analisa a história da escrava Liberata, que entra com uma ação para a conquista de sua alforria. A autora aponta que a maioria dos processos encontrados na Corte de Apelação no Arquivo Nacional são de ações de liberdade, e não processos criminais. Ou seja, ainda que se arrastassem durante anos, houve através da justiça a possibilidade de escravizados conseguirem sua liberdade por meio dessas ações, assim como o caso de Felicidade.

Assim como o trabalho de Chalhoub, esta obra também poderia ser explorada no contexto escolar. A existência dessas ações, bem como os detalhes que envolviam a abertura de um processo como esse, poderia ser discutida em sala de aula como forma de fomentar o debate acerca das agências escravas, e da possibilidade de sujeitos, que eram constantemente desumanizados, recorrem à justiça do Império do Brasil para alcançarem a liberdade. Essa é a questão central deste trabalho, e da oficina: apresentar essas ações, através de Maria e Felicidade, e investigar outras possibilidades de resistência entre os escravizados.

Outra pesquisa de Grinberg (2011) dedica-se a analisar um aspecto que também pode ser utilizado para compreender as nuances da escravidão: a historiadora aponta para a existência de poupanças escravas que eram utilizadas para a compra de alforria.¹³ A alforria é constantemente citada nos materiais didáticos, ainda que pouco analisadas, já a existência de poupanças de cativos nem sempre, por isso a importância desses dados.

Outros pontos importantes para esta pesquisa são: a questão de gênero e a maternidade escrava. Em *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro* (2018), a pesquisadora Camillia Cowling, aponta para a importância das ações femininas na luta contra a escravidão. Ela analisa trajetórias de mães, escravizadas, ou forras, que agiram, mobilizando suas agências para conseguirem a liberdade dos filhos, ou mesmo a tutela dos mesmos, após a lei do ventre livre.

¹³ Para as análises referentes à poupança escrava a autora utiliza Relatórios do Ministério da Fazenda, das décadas de 1850, 1860, 1870 e 1880.

Camillia observa que: “as mulheres desempenharam um papel central nas lutas pela alforria em muitas sociedades escravistas” (COWLING, 2018, p. 73), e ainda:

proprietários dos sexo masculino poderiam, em alguns casos, libertar as mulheres, ou seus filhos, como consequência de suas relações sexuais¹⁴. Mesmo assim, e como as mulheres sabiam muito bem, isso não era, de forma alguma, uma garantia. Em vez disso, como a maioria dos escravos que eventualmente alcançavam a liberdade, as mulheres tiveram que lutar constantemente para que tais encontros resultassem em liberdade ou, ao menos, em melhores condições para elas ou para seus filhos. As mulheres que trabalhavam como vendedoras ambulantes, negociantes e comerciantes estavam em posição de vantagem para juntar alguma economia para a compra da liberdade. (COWLING, 2018, p. 73 e 75).

Este trabalho faz parte de um processo de renovação historioráfica sobre a escravidão que tem como centro do debate o gênero, e traz trabalhos de outras historiadoras como Maria Helena Machado (2010) e Virgínia Queiroz Barreto (2019)¹⁵. Ambas analisam trajetórias de mulheres escravizadas no século XIX: Ovídia/ Beneticta e Maria da Conceição. Esta última nos revela um componente importante.

A pesquisadora Virgínia Barreto analisa a ação de liberdade proposta por Maria da Conceição aos 56 anos de idade que alegava ter sido escravizada ilegalmente. Ainda criança foi “furtada” e escravizada, mesmo tendo “nascido de ventre livre” (BARRETO, p. 103, 2019). O artigo nos revela mais um aspecto essencial para a compreensão da diversidade de ações e possibilidades na vida de uma pessoa escravizada: a escravização de uma pessoa nascida livre, e sua luta para conquistar a liberdade mesmo após tantos anos. Assim como Felicidade, Maria da Conceição iniciou uma ação de liberdade, mobilizando “redes de proteção, laços de solidariedade e formas de sobrevivência criados por mulheres negras no difícil cotidiano da vida escrava” (BARRETO, p. 104, 2019).

A trajetória analisada por Barreto insere-se neste trabalho de uma forma interessante. Podemos observar no capítulo seguinte, que a oficina não traz esse elemento da escravização ilegal, ou re-escravização porém, no contato dos alunos com a oficina esse elemento demonstrou-se fundamental, como analisado posteriormente, no capítulo 3. Portanto, esse foi um elemento adicionado posteriormente à versão final da oficina (arquivo PDF anexo à dissertação).

¹⁴ A autora deixa em evidência que esse contato sexual era, em muitos casos, estupro. E, em outros, relações afetivas.

¹⁵ MACHADO, Maria Helena. *Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição*. (2010) & BARRETO, Virgínia Queiroz. *Da escravidão à liberdade: a história de Maria da Conceição, roubada e escravizada (Nazaré, 1830 – 1876)* (2019).

Mulheres e mães: Maria Anna do Bonfim e Felicidade, as duas personagens centrais desta pesquisa são contempladas pelos trabalhos recentes destas pesquisadoras: Camillia, Virgínia e Maria Helena Machado. Ainda que elas não tenham se debruçado sobre a ação de liberdade movida por Felicidade, com ajuda de sua mãe, Maria, elas tocam no eixo central de análise desta pesquisa: mulheres escravizadas ou forras que mobilizaram os recursos disponíveis para a conquista de sua própria liberdade, ou a de seus filhos. Queremos, através de Maria e Felicidade, levar até a sala de aula essas personagens, essas ações, essas mulheres.

São inúmeras as análises sobre a escravidão no Brasil. Este trabalho, portanto, tem a função de realizar um processo de transposição didática dessas produções acadêmicas para a sala de aula, através da dissertação e do produto final.

1.2 - Metodologia

Como já mencionado, o produto desta dissertação é uma oficina didática, nos moldes do projeto *Detetives do Passado*. Este projeto foi desenvolvido pelas historiadoras Anita Almeida e Keila Grinberg, e foi “pensado como um espaço de atividades de investigação e pesquisa escolar” (ALMEIDA; GRINBERG, 2012, p. 320).

O projeto foi desenvolvido de maneira que cada oficina possui uma série de fontes primárias e secundárias, que são colocadas para que os alunos consigam resolver o desafio proposto. O objetivo, portanto, é “mostrar como o conhecimento histórico é, necessariamente, fruto de uma investigação” (ALMEIDA; GRINBERG, 2012, p. 321). Dessa forma, utilizando a ação da Felicidade, e outras fontes primárias e secundárias, pretendeu-se apresentar para os alunos não somente aspectos do cotidiano da escravidão, ainda pouco trabalhados em sala de aula, mas também o ofício do historiador em si.

Todos os casos do projeto *Detetives do Passado* abordam temáticas referentes a escravidão no Brasil oitocentista, utilizou-se portanto, tanto o modelo e metodologia deste projeto, mas também “incluímos” mais um caso, uma vez que este trabalho está delimitado no mesmo recorte temporal e temático do projeto citado.

A cada documento apresentado, como pistas de um caso a ser resolvido, os alunos entraram em contato com a principal ferramenta do historiador: as fontes históricas. E foram também construindo um conhecimento autônomo acerca da escravidão, e mais especificamente sobre as ações de liberdade e resistência escrava feminina.

Além da ação de liberdade, outras fontes primárias e secundárias foram utilizadas para compor a oficina. Os estudos que compõem a seção anterior deste capítulo, bem como os documentos utilizados pelos pesquisadores em cada um deles, fazem parte do produto. Ou seja, trazendo essas fontes para um material didático, buscou-se fazer uma transposição didática entre a academia e a educação básica.

Nosso documento principal é a ação de liberdade já citada, e ela nos permite conhecer um pouco da trajetória de vida de Felicidade e de sua mãe Maria Anna do Bonfim. Por exemplo, sabemos que Felicidade vivia em Ouro Preto antes de ser encontrada por um negociante à mando de Maria, e que ela tinha 22 anos quando iniciou a ação na Corte no ano de 1870. Sabemos também que Maria era uma negra forra da Bahia que mudou-se para o Rio de Janeiro para encontrar sua filha.

Mas existem inúmeras lacunas nessa história. Não sabemos como Maria conquistou sua alforria, e também não sabemos o que levou a separação entre mãe e filha, nem em que ano. Ou ainda, não sabemos o ofício de Maria na Bahia, e depois na Corte quando passou a viver com sua filha. São essas lacunas que os alunos foram levados a preencher. A tarefa final da oficina foi completar esses dados sobre a vida das duas, fazendo suposições mediante análise das fontes disponíveis. Em cada lacuna, uma série de pistas para que eles escrevessem a biografia dessas duas mulheres.

A escolha pela biografia parte de uma falta. A pesquisadora Alexandra Lima da Silva, em seu artigo *Folhas de ébano: (auto) biografias de escravizados e ensino de história* (2018), aponta que:

A publicação de autobiografias de escravizados não é novidade em língua inglesa. Todavia, no Brasil, são escassas as narrativas de vida dessas pessoas em periódicos e livros. (SILVA, 2018, p. 266)

A autora salienta ainda, que os relatos em primeira pessoa de escravizados no Brasil deu-se por outros meios: “cartas, petições, testamentos” (SILVA, 2018, p. 275). Acrescento aqui as ações de liberdade que contavam com os depoimentos dos escravizados, ainda que esta voz tenha sido traduzida em palavras por outras pessoas (GRINBERG, 1994). Mas os relatos biográficos, como já foi dito, são uma falta.

Por esse motivo, escolhemos como missão final do aluno na oficina, a escrita de uma biografia. A ação é o ponto de partida que nos leva às lacunas que serão preenchidas passo a passo com as pistas: as fontes e, ao final, o aluno escreveu a biografia de Felicidade e Maria do Bonfim.

Acreditamos também que esse exercício é muito importante para a compreensão dos “escravizados como protagonistas e sujeitos da própria história, na luta pela liberdade” (SILVA, 2019, p. 263).

O produto final deste projeto, a oficina, não foi destinado a uma faixa etária específica de alunos, podendo ser aplicado em turmas de ensino fundamental – anos finais, e ensino médio. Em ambas as etapas da educação básica o tema da escravidão é trabalhado, assim, o professor que se interessar em aplicar a oficina poderá adaptar o material disponibilizado de acordo com a turma.

Capítulo 2: Proposta de oficina didática

Este capítulo apresenta a oficina didática produzida como produto desta dissertação, e executada com os alunos.

Introdução:

Você já ouviu falar em biografias e autobiografias? Segundo o dicionário Michaelis, biografia é: *“relato não ficcional de uma série de eventos que constituem a vida (ou parte da vida) de uma pessoa, em geral notável por seus feitos ou obras”*. Seguindo essa lógica, uma **autobiografia** é *“a vida de uma pessoa, escrita por ela própria”*.

Quais biografias ou autobiografias você conhece? É possível que você se lembre de biografias de músicos, atrizes ou diretores de cinema que você admira. Ou ainda, que você já tenha visto nas prateleiras de uma livraria ou na loja de *ebooks* biografias de personalidades da política nacional, ou internacional, como o ex-presidente dos EUA, Barack Obama ou o do ex-presidente do Brasil Getúlio Vargas.

Mas e as pessoas comuns? Nós, ou as milhares de pessoas que fazem parte da história do nosso país. Podemos escrever nossas autobiografias? Ou podemos escrever as biografias de personagens importantes de nossa história, mas pouco conhecidas? O que a história de vida das pessoas que foram escravizadas durante o Império brasileiro teria a acrescentar a respeito da história do Brasil?

Início da atividade:

A partir das reflexões acima nós os convidamos a escrever uma biografia. Mas calma, não precisa ser um livro inteiro, pode ser um trecho. Em terceira pessoa, ou seja, você vai narrar a história de outras pessoas. Ou em primeira pessoa, nesse caso, você irá fazer de conta que é uma das personagens apresentadas, e poderá escrever, por exemplo, algumas páginas de um diário.

As personagens centrais desta história serão Maria Anna do Bonfim e Felicidade. Maria uma mulher, negra, escravizada na Bahia no século XIX, depois alforriada, que vem para o Rio de Janeiro (capital do império brasileiro) à procura de

sua filha, Felicidade. Pronto, sua história (biografia ou diário) já conta com duas personagens.

Lembrem-se: você pode escolher escrever a biografia ou diário, da Maria ou da Felicidade. Mas inevitavelmente, esta história deverá apresentar as duas, afinal, nossas heroínas são mãe e filha.

Vocês podem estar se perguntando:

- *Porque é tão importante que eu escreva uma história para Maria e Felicidade?*

Bom, nós poderíamos lhes dar algumas justificativas, mas as principais, para nós são: durante muito tempo a visão que se tinha do escravizado é de passividade, pois suas existências enquanto cativos era **objetificada**, os negócios os quais estavam submetidos os tratavam como “produtos”. E, nós queremos que vocês escrevam esta história pois desejamos dar a essas duas mulheres o protagonismo que elas tiveram ao longo de sua vida. Pois foram, mesmo sob a condição de escravizadas, agentes de suas próprias histórias.

Além disso, grande parte dos escravizados no Brasil não tiveram acesso à cultura letrada e, portanto, não tiveram a oportunidade de narrar suas trajetórias, ou seja, escreverem sobre suas vidas. Quantas biografias de escravizados no Brasil você conhece? Ou diários, que foram publicados, como o da menina judia Anne Frank? É provável que vocês não conheçam nenhuma biografia, nenhum diário. Por esse motivo, você foi convidado a narrar a história das duas. Seu trabalho aqui é muito importante, escrevendo esse texto vocês estarão contribuindo para que outras pessoas conheçam as histórias de vida dessas duas mulheres.

Eu vou começar a contar a história de Maria e Felicidade, e vocês irão completar. Pista a pista, vocês terão ferramentas para que possamos concluir essa narrativa. Nós usaremos a nossa imaginação, mas não podemos esquecer que nossas personagens são duas mulheres, uma escravizada, outra liberta, ou seja, também teve sua vida marcada pelo cativeiro. Quem ler a nossa história precisa acreditar nela, então, temos que estar atentos às possibilidades da vida dessas duas mulheres como **personagens no século XIX**.

Início da nossa história:

Felicidade, uma jovem de 22 anos. No ano de **1870**, inicia uma ação de liberdade. Ação de liberdade foi um meio pelo qual, **alguns** escravizados recorreram à justiça para conseguir sua alforria, ou seja, a sua liberdade.

Maria Anna do Bonfim, alforriada, sai da Bahia em direção à Corte (Rio de Janeiro) com o objetivo de procurar sua filha, Felicidade, que por força dos negócios da escravidão foi separada de sua mãe (CHALHOUB, 2011).

Chegando ao Rio de Janeiro, Maria descobre que sua filha pode estar em Ouro Preto (MG), e pede ajuda a um negociante de nome Joaquim Guimarães para ir até lá e trazê-la ao seu encontro. Felicidade é encontrada sob posse do senhor João Menna, e é trazida para o Rio por Joaquim com uma procuração que o autorizava a negociá-la. Os infortúnios de Felicidade não param por aí. Uma série de acordos entre sua mãe e outros negociantes de escravizados a levaram a abrir uma ação de liberdade, sob a tutela de seu **curador** Duarte Francisco Pereira.

Felicidade era escravizada, para recorrer à justiça, ela precisava de um homem livre que a representasse (curador), ou seja, que a defendesse, *“este homem era também um **advogado**. Assim, ao defender um escravo, está exercendo sua profissão.”* (GRINBERG, 1994, p. 64.).

Viram? Começamos a narrar essa história. Agora vem as partes dela que nós não sabemos, mas iremos imaginar para que a nossa narrativa fique completa. Vamos às pistas:

1) O ponto de partida de Maria do Bonfim é a Bahia, mas não sabemos se Maria era uma crioula (escravizada nascida no Brasil) ou uma africana. Antes de 1871 quando a lei do ventre livre entra em vigor, a condição de escravizado passava pelo ventre, ou seja, se a mãe fosse escravizada, os filhos também seriam, portanto, **Felicidade poderia ser filha de uma mulher escravizada, e nascida aqui mesmo no Brasil. Ou ela também poderia ser uma escravizada vinda da África.** Até 1831, os portos brasileiros recebiam **legalmente** dezenas de navios com mais e mais pessoas que seriam vendidas como escravizados nos mercados das cidades.

2) Não sabemos também qual o ofício desempenhado por Maria enquanto escravizada. Ela poderia ser uma escravizada doméstica, ou uma escravizada ao ganho (quitandeira, por exemplo), ou ainda uma ama de leite. Vejamos algumas possibilidades:

2.1) *Vende-se uma preta boa lavadeira e engommadeira; rua D. Manoel n. 39.*

(Jornal do Commercio, 1861)

2.2) *Na rua da Independência em Icarahy, cidade de Nichteroy, n.25, aluga-se para ama de leite uma rapariga muito moça perfeita mucama, a qual sabe pensar e tratar de crianças, corta e cose toda a obra.*

(Diário do Rio de Janeiro, 1858.)

2.3) Vocês sabiam que já existia fotografia no século XIX? Pois já, e alguns fotógrafos dedicavam-se a registrar o cotidiano das cidades escravistas, Rio de Janeiro e Salvador, por exemplo. Algumas fotografias eram feitas em estúdio e outras, ao ar livre, como vocês verão abaixo. Essas fotografias também podem nos ajudar a pensar no ofício desempenhado por Maria.



(Marc Ferrez, 1875 - Rio de Janeiro)



(Alberto Henschel, 1869 - Bahia)



(João Goston, 1870 - "Vendedora" - Bahia)



(Rodolpho Lindemann - Bahia - "Lavadeira")

3) Quais circunstâncias levaram à separação entre Maria e Felicidade? Felicidade tendo nascido de ventre escravo, possuía a mesma condição. Mas não sabemos quais foram os negócios que levaram à separação entre mãe e filha.

3.1) Lá em cima, na pista 2, há uma possibilidade para compreendermos a separação entre mães e seus filhos, durante a vigência da escravidão. Em um dos anúncios apresentados aparece o termo: ama de leite. Como aponta a historiadora Mariana Muaze, as escravizadas que eram vendidas ou alugadas como amas tinham sua **maternidade silenciada**. Ou seja, a escravizada possuía leite pois tinha dado à luz a seu filho, mas no momento em que era utilizada para amamentar o filho de seus senhores

ela era impedida de amamentar seu próprio filho (MUAZE, 2018). Por vezes, o impedimento do aleitamento dos bebês das escravizadas poderia representar a separação de mãe e filho (s).

Vocês acham que Maria teria condições de reconhecer sua filha duas décadas depois? Se Felicidade tivesse sido separada dela ainda bebê. Vamos imaginar um mundo sem internet, redes sociais, fotografias coloridas feitas através do celular. Vocês acham que Maria teria condições de iniciar essa busca pela filha 20 anos depois de ter sido separada de sua bebê?

3.2) Se vocês acharem difícil imaginar sua história com a pista das amas de leite, apresentaremos outra: mais alguns anúncios de jornais, neles podemos ver jovens sendo negociados para diversas funções. Uma dessas jovens poderia ser Felicidade? Se Felicidade foi separada de sua mãe na juventude, ficaria mais fácil, para Maria, procurar sua filha? Vejam os anúncios:

3.2.1) *Crioula - Vende-se uma linda crioula de 14 annos, com princípios de costura, e muito diligente para o serviço de uma casa, para ver na rua de Matacavallos n. 67.*

(Diário do Rio de Janeiro, 1861)

3.2.2) *Vende-se uma boa mucama de 17 para 18 annos, vistosa e muito sadia, sabendo coser, engommar e lavar; para tratar, na rua S. Pedro n.43.*

(Jornal do Commercio, 1860)

4) Maria do Bonfim era uma mulher forra, ou seja, conquistou a sua alforria. Porém, não sabemos sob quais condições e de que forma ela conseguiu sua liberdade. Analisando a historiografia acerca das manumissões no Brasil temos acesso às inúmeras possibilidades a qual os escravizados poderiam ter acesso para chegar à conquista da alforria. Apesar disso, não sabemos de que forma Maria conseguiu a sua alforria, e esta é outra lacuna nessa história. Usando esses estudos, vocês podem imaginar como Maria conquistou a sua liberdade.

Segundo as historiadoras Katia Lorena Novais Almeida e Sheila de Castro Faria a alforria era uma prática comum no Brasil, e poderia ser conquistada de diversas formas:

4.1) **Alforrias pagas incondicionais:** quando o escravizado pagava por sua alforria. “A maioria das alforrias pagas foi custeada através do resultado do trabalho da própria beneficiada.” (FARIA, 2008, p. 13). O escravizado poderia acumular pecúlio, que geralmente era utilizado para a compra da própria carta de alforria.

4.2) **Alforrias pagas condicionais:** quando o senhor, além do pagamento estabeleceu uma condição a ser cumprida, que poderia ser, por exemplo, acompanhá-lo até sua morte.

4.3) **Alforrias não pagas condicionais:** quando o escravizado não pagou pela sua alforria, mas precisou cumprir uma condição para concretizar sua alforria, que também poderia ser, nesses casos, acompanhar seu senhor até a morte, ou ainda acompanhar a esposa do senhor enquanto ela fosse viúva, ou seja, até a morte da esposa de seu senhor.

4.4) **Alforrias gratuitas:** “aquela em que não se faz menção a pagamento ou cumprimento de condições. Esse tipo de carta, em geral, pressupunha alguma afetividade entre o senhor e o escravo, que compreendia variados tipos de relação.” (ALMEIDA, 2007, p.166).

À essa altura é importante que vocês se atentem para:

- Independente do tipo de alforria, “ela dependia do empenho *do escravizado* em convencer o seu senhor a conceder a liberdade” (FARIA, 2008, p. 11); e “a alforria não foi fruto da benevolência do senhorial, e sim uma **conquista do escravo.**” (ALMEIDA, 2007, p. 167)

Ou seja, podemos apontar que Maria do Bonfim não foi uma mera espectadora da história que vocês estão escrevendo conosco, ela também foi agente dessa história. Sua alforria, paga ou não, condicional ou não, foi fruto da capacidade de negociação de Maria com seu senhor, ou senhora.

5) Após se encontrarem na Corte (capital do Império do Brasil: Rio de Janeiro), mãe e filha passaram a viver juntas. Que tipo de trabalho executavam para se manter? Vocês podem pensar em diversas possibilidades, inclusive retomando os ofícios apresentados nos itens 2 e 3 (anúncios/ fotografias). Pois Maria pode ter continuado a desenvolver no Rio de Janeiro, junto à sua filha, o mesmo ofício que desempenhou na Bahia, como escravizada e depois como liberta.

5.1) *“algumas mulheres também podiam viver de pequenos expedientes ligados à vida doméstica, como vender quitandas ou fazer costuras para “fora”. Muitas, a imensa maioria, eram escravas, trabalhavam para outras mulheres, vendendo quitandas na rua ou levando e trazendo roupas limpas e costuras.”*

(Maria Odila Dias. *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX*)

6) Vocês acham importante que a história tenha um cenário? Já sabemos que Maria e Felicidade viviam na cidade do Rio de Janeiro. Mas por quais ruas nossas personagens circulavam? Na segunda metade do século XIX, o centro da cidade do Rio de Janeiro era o ponto mais movimentado da Corte. Lojas, repartições públicas e edifícios comerciais são comuns até hoje nas ruas do centro do Rio, mas você sabia que também havia muitas moradias? Pois era lá que as duas moravam. E, provavelmente, trabalhavam.

6.1) Você já ouviu falar na Rua da Alfândega? E na rua Uruguaiana? Essas duas ruas muito movimentadas nos dias de hoje também eram ruas movimentadas na época das duas. E elas circulavam por lá.

6.2) E a rua Príncipe dos Cajueiros? Se vocês procurarem no mapa, não encontrarão. Mas era nessa rua que Maria e Felicidade viviam. Abaixo temos uma crônica publicada em 1957 que nos indica o porquê de não encontramos o nome dessa rua no mapa.



(Google Maps)

Falar de Mário Perderneiras, nesta rememoração de homens e coisas da cidade, é quase um dever, de tal maneira se integrou êle na vida carioca, celebrando em seus versos cheios de harmonia os aspectos, as árvores, as ruas, as delicias urbanas desta magnífica metrópole.

Nascido na rua do Príncipe dos Cajueiros, que é hoje proselcamente a Senador Pompeu, Mario deliciou os olhos, desde o bêrço, na visão das coisas citadinas, no céu, nas pralas, nas montanhas, em tudo que dá ao Rio a justificação de Cidade Maravilhosa.
Como disse com justeza Rodrigo Octavio (Filho) êle foi, "dos poetas nossos, o que com mais sentimento e humanidade, cantou esta linda terra carioca".

(Correio da Manhã, 1957)

7) Começamos essa história falando de uma Ação de liberdade, ou seja, um processo, aberto pelo curador de Felicidade, na Justiça do Império do Brasil. Vocês já devem ter visto em filmes, séries e livros que a maior parte dos processos judiciais precisam de

testemunhas. No caso da ação de Felicidade não foi diferente. Observe abaixo os nomes de algumas testemunhas de Felicidade:

7.1) Joaquim Antonio da Cunha Guimarães, 38 anos, casado, natural de Portugal;

7.2) Manoel Rotchildes, 50 anos, casado, natural da França;

- O que esses dois nomes têm em comum? Por que vocês acham que Maria e Felicidade indicaram essas pessoas como testemunhas na ação de liberdade?

Até aqui vocês foram fazendo escolhas, imaginando possibilidades para preencher a história de vida de Maria Anna do Bonfim e Felicidade, mas vocês já pararam para pensar se Maria e Felicidade existiram mesmo? Assim, de verdade? Essa história toda que a gente está aqui escrevendo é pura ficção ou realidade?

Nesse ponto, em que nos encaminhamos para o final da história, é preciso que vocês saibam que, sim, Maria Anna do Bonfim e Felicidade existiram e resistiram nesse século XIX marcado pela escravidão. Chegamos à elas através da Ação de liberdade. Este processo judicial está no Arquivo Nacional, e encontramos muitas outras ações como esta por lá.

Mas o processo não nos disse tudo o que gostaríamos de saber sobre a vida dessas duas mulheres, por isso, nós pedimos para vocês imaginarem essa história, dentro das possibilidades da época, e da condição a que ambas estavam submetidas.

Toda história tem um final, então: qual seria o final possível da história dessas duas mulheres? Felicidade ganhou a ação de liberdade, conquistando assim a sua liberdade? Durante parte da história de suas vidas, foram vítimas do sistema escravista, mas que no curso desta mesma história não foram apenas vítimas do cativo, mas **agentes de sua história**, na medida em que **resistiram** à escravidão cada uma a sua maneira.

A ação movida por Felicidade teve um final favorável à ela, e a justiça concedeu sua liberdade. Veja um trecho da decisão judicial:

“Rio 25 de fevereiro de 1871

*(...) a pedido de sua mãe e por intervenção da preta forra Olívia, anuísem a conceder a dita outorgante Felicidade sua liberdade mediante o recebimento em prestações mensais arbitrárias daquela quantia e despesas relativas, além da porção de três por cento ao mês sobre toda a importância a sua compensação da demora do pagamento, dando lhe ao mesmo tempo licença para desde logo residir com a sua mãe, o que teve lugar, reservando, entretanto, os outorgados o direito de revisarem a mesma licença e a chamar a outorgante Felicidade ao seu domínio, quando não fosse prontamente cumprida a comissão; e havendo a referida sua mãe até o mês de setembro de 1869 realizado algumas das prestações sua importância de quatrocentos e cinquenta mil réis, sob esse fundamento requereu a mesma outorgante o depósito de sua pessoa pelo juízo municipal da segunda vara desta corte, escrivão Caetano da Silva e propôs aos outorgados a competente ação de liberdade que ainda se acha pendente. E pague, considerando elas outorgantes, por um lado que mesmo no caso de ser-lhe facionar o êxito da ação, isto é, **deve conceder o direito a liberdade da Outorgante Felicidade**, não pode deixar de lhes impor digo de se lhes impor a cláusula de, por seus serviços sublocarem aos outorgados do preço da compra, juros e despesas relativas descontadas disso a quantia de quatrocentos e cinquenta mil réis já recebidos pelos outorgados; e atendendo, por outro lado os outorgados a que, com quanto lhes assista o direito de não cumprirem a convenção que haviam feito com Maria do Bonfim, pela violação por ambas cometida, não lhes convêm contudo usar desse direito; acordaram as outorgantes para porem termo aquela ação com **os outorgados, em reconhecerem estes desde já a liberdade da outorgante Felicidade, e não, como aliás a havia convencionado, somente depois de pagar o preço da compra, juros e despesas relativas da mesma outorgante (...)***

(Arquivo Nacional)

Agora que vocês já sabem como acabou a ação de liberdade, vão poder concluir a história que vocês estão escrevendo. O que será que aconteceu com elas após a decisão judicial? As pistas dadas até aqui podem fazê-los imaginar um “final” para essa história. Como viveram depois de conquistarem juntas a liberdade de Felicidade? Onde viveram? O que faziam para se sustentar? Será que Felicidade teve filhos? O processo

não nos diz nada disso. Mas é possível imaginar, e concluir as páginas da biografia, ou do diário que estão escrevendo.

Glossário

Ama de leite: mulher que amamenta filho alheio; ama, ama de peito, criadeira.

Quitandeiras: mulher que faz quitanda (doces e outras iguarias caseiras), geralmente à base de farinha.

Coser: juntar ou unir duas partes (de tecido ou de qualquer outro material) com linha e agulha;

Manumissões: alforria legal de um escravo;

Mucamas: escrava negra escolhida para ajudar nos serviços caseiros, para acompanhar pessoas da família ou para servir de ama de leite.

Pecúlio: qualquer soma ou reserva em dinheiro.

Capítulo 3: Resultados da aplicação da oficina

3.1 - Diário de bordo

Desde que comecei a pensar no tema desta pesquisa, surgiram dúvidas em relação à qual seria a faixa escolar mais adequada para a sua aplicação, mas levando em consideração o projeto que inspirou o modelo da oficina produzida, o *Detetives do Passado*, ficou decidido que a atividade seria produzida para todas as idades escolares a partir do ensino fundamental anos finais, e que poderia ser adaptada pelos professores que quiserem utilizar futuramente.

Porém, eu leciono somente em turmas do ensino fundamental, 6º, 7º e 8º ano, portanto, a aplicação inicial da oficina para compor este trabalho seria com alguma dessas três séries. E por que não as três? O 6º ano trabalha com introdução à História, “Pré-História”, Antiguidade e Idade Média, por esse motivo não chegou a ser cogitada. Os currículos que mais se encaixam na proposta da oficina são 7º e 8º ano, e somente por uma questão de logística optei pelo 8º ano.

O 7º ano, como já mencionado no capítulo 1, possui em seu currículo o eixo central dessa pesquisa: escravidão e resistências. Já no 8º ano trabalhamos Segundo Reinado e as questões que envolvem a escravidão específicas do século XIX, o corte temporal abordado. Portanto, a escolha pelo 8º ano teve mais a ver com a viabilidade prática, do que com a exclusão das turmas de 7º ano.

Já estava satisfeita em poder aplicar a oficina somente com minhas turmas de 8º ano, em tempos pandêmicos, e todas as incertezas que envolvem as aulas remotas, ou semi presenciais, conseguir aplicar a oficina já era uma vitória. Até que um grande amigo e também professor de História na mesma escola, Rafael Chaves, sugeriu que eu aplicasse a oficina em suas turmas de ensino médio, 1º e 2º ano. A possibilidade de ter experiências em duas faixas etárias distintas, em etapas diferentes da vida escolar me animou, primeiro por ouvir mais alunos e segundo, por poder fazer uma comparação de resultados e *feedbacks*. Dando um rápido *spoiler*, os resultados nem foram tão diferentes assim. Seguimos.

A atividade com o 8º ano aconteceu de forma remota, via vídeo chamada, em dois encontros: o primeiro para que eu apresentasse a oficina, e o segundo, uma semana depois, para que os alunos expusessem as histórias criadas, e suas perspectivas sobre a oficina. Apesar de todos os quase 100 alunos das 3 turmas da série terem sido

convidados a participar, a adesão foi baixa, cerca de 12 alunos participaram, e desses, apenas 7 concluíram a atividade e me enviaram suas histórias.

Estamos vivendo tempos muito difíceis, em que quase todas as atividades estão sendo executadas por meio digital e, talvez por também ser uma atividade via internet, a adesão não tenha sido tão alta. De todo modo, a participação dos alunos presentes foi alta durante as duas reuniões, rendendo boas observações e conclusões para o trabalho.

No ensino médio a aplicação aconteceu de forma presencial, utilizando os tempos disponíveis do meu colega professor das turmas. Ambas foram bastante receptivas à oficina, com ponderações e questionamentos importantes, mas o número de entregas da atividade concluída também foi menor do que o esperado. Apenas 6 alunos no 1º ano me enviaram suas histórias, e nenhum aluno do 2º ano entregou, apesar de haver excelentes ideias circulando durante a explicação da oficina, eles não as desenvolveram no papel.

Dois alunos em especial me encontraram nos corredores da escola semanas após a aplicação da oficina para contar o que estavam pensando a respeito do que iriam escrever, mas confessaram estarem com receio do que eu acharia, e mesmo com meu incentivo eles não concluíram. Ainda assim, tenho 6 histórias de alunos do 1º ano que serão analisadas na próxima seção.

Começarei expondo e analisando os comentários dos alunos durante a oficina e depois as histórias produzidas por eles, tão importante quanto o resultado é o caminho traçado até ele. Os comentários via *chat* que, porventura, possuíam abreviações ou erros ortográficos foram corrigidos na transcrição.

De uma forma geral, a visão dos alunos em relação à escravidão é a da violência: “O que eu sempre vi, foi que eles não tinham direitos, que se eles reagissem seriam castigados, eram mercadorias, sofriam muito, mulheres negras eram usadas as vezes como objeto sexual”. E de surpresa ao se depararem com as possibilidades de resistência encontradas na oficina: conquista da alforria, negociações, ações de liberdade. Essa é uma das hipóteses levantadas, analisando o currículo e o material didático, que se confirmou, mas ao mesmo tempo é interessante pensar como os alunos embarcaram rapidamente na ideia de escrever uma história para as duas personagens, Maria e Felicidade, mesmo nunca tendo ouvido falar numa ação de liberdade.

A citação do parágrafo anterior é de uma aluna do 8º ano, e me chamou a atenção essa observação em relação à violência sexual sofrida por mulheres escravizadas. Em nenhum momento da oficina eu menciono textualmente essa

realidade, mas em todas as turmas aplicadas essa foi uma realidade que os alunos apresentaram. E, eu me questiono se eles apontaram isso porque já viram em filmes ou séries, ou se é porque constatarem que a violência sexual é uma realidade presente, ainda hoje, na vida de muitas mulheres, ou as duas coisas juntas.

Confesso que tive receio de levantar esses questionamentos, vivemos um momento desafiador para os professores, em que nosso trabalho vem sendo constantemente vigiado e questionado, e determinados temas podem ser encarados como “doutrinação”.¹⁶ Abordar a temática da violência sexual, ainda mais com alunos do ensino fundamental II, pareceu-me intimidador por não saber como os responsáveis reagiriam à isso. Contudo, os próprios alunos abordaram esse ponto e, não deixa de ser interessante perceber que a lembrança deles a respeito desse assunto deu-se porque este é um tema, infelizmente, atualíssimo, e que possui muita relação com o passado escravista. Portanto, eles fizeram essa ponte passado - presente.

Os alunos do 8º ano foram extremamente participativos durante a minha exposição da oficina. Ao questionar o porquê eles acreditavam que Maria e Felicidade não eram personagens conhecidas, uma aluna pontuou “porque o sistema não queria que a gente tivesse acesso a essas histórias?!”. De fato, as ações de vida de mulheres escravizadas não estavam na pauta do dia até bem pouco tempo, fato que começou a mudar graças à Lei 10.639/2003.

Outro ponto interessante foi a forma como esse grupo de alunos usou muito a imaginação para ir preenchendo as lacunas que eu apresentava, no geral, o grupo do ensino fundamental estavam bem menos apegados à detalhes estritamente reais e muito mais propensos a criar maneiras de dar asas a criatividade, como se estivessem prestes a escrever um roteiro de filme.

Por exemplo, nas pistas a respeito das possibilidades de separação entre Felicidade e Maria, eu incluí a questão das amas de leite e apresentei a maneira como esta questão representava um silenciamento da maternidade das escravizadas. Devido às circunstâncias reais presentes na ação de liberdade, a separação de Felicidade, ainda bem pequena, estaria descartada, e então eu incluí anúncios de venda de jovens escravizadas, para que fizesse mais sentido, e chegasse mais próximo do que de fato

¹⁶ Projetos como o “Escola sem partido”, mesmo já bastante desgastados e derrotados em vários níveis, criaram um clima de insegurança e incerteza para a atividade docente. Ademais, as redes sociais são constantemente utilizadas para coagir professores no pleno exercício de sua profissão. Uma frase ou pequeno vídeo descontextualizado podem servir como instrumentos de coação, e nos impõe certo receio ao abordar determinados temas em sala de aula, ainda que sejam altamente relevantes.

teria acontecido com as duas. A oficina apontou para a impossibilidade da primeira opção, a separação de Felicidade ainda bebê, contudo, vários alunos do 8º ano imaginaram que sim, seria possível que Maria encontrasse Felicidade mesmo que elas tivessem sido separadas muito cedo.

Uma das hipóteses levantadas seria a existência das marcas de nascimento em Felicidade, que ajudaria Maria a encontrá-la, mesmo após tanto tempo: “mas ela poderia ter alguma coisa de nascença, não? tipo uma marca”. Essa possibilidade foi utilizada nas histórias por mais de um aluno, veremos no próximo tópico do capítulo, tanto os de ensino fundamental, como os do ensino médio. O que aponta para o fato de que mesmo os alunos mais velhos não ficaram tão presos assim à realidade, e ousaram ir além. Outra hipótese que me chamou atenção foi a de uma menina que disse que Maria encontrou Felicidade porque existe “coisa de mãe”, um sentimento materno que faria com que ela não só saísse em busca da filha, mas a encontrasse, ainda que não soubesse como seria a aparência de sua filha após tanto tempo.

A maternidade é um tema que permeia toda a nossa existência, porque todos temos mãe, ainda que a morte ou outras circunstâncias nos separem de nossas mães, todos nós fomos gerados por um ventre materno, e ao contar a história das nossas duas heroínas, todos os alunos se colocaram um pouco no lugar de Felicidade. Imagina ser separado de sua mãe, com meses ou na adolescência, essa reflexão foi colocada, era importante trazê-los para perto das duas. Talvez a “coisa de mãe” tenha surgido desse lugar de empatia deles com as personagens. Uma das alunas do 8º ano assistiu à oficina na presença da mãe, e elas ficaram muito sensibilizadas, a mãe se emocionou, colocou-se no lugar de Maria, e ajudou a filha a escrever a sua história.

Aqui, mesmo no meio da aplicação da oficina com o 8º ano, e nenhuma história entregue, eu já havia conseguido atingir um dos grandes objetivos deste trabalho, despertar a empatia dos alunos por essas duas mulheres escravizadas, mas que poderia ser qualquer outro escravizado vítima desse sistema que os desumanizava de várias formas: “eu penso na Maria como uma pessoa bem carismática.” Quantas histórias de vidas escravizadas são desconhecidas? Quando conseguimos pensar em Maria e Felicidade como duas personagens importantes do século XIX, com desejos, afetos e lutas, e não só como nomes de um processo judicial, eu alcancei uma meta importante: eles conheceram as duas e conseguimos despertar um olhar empático a respeito das delas, mesmo séculos depois.

Os comentários finais da aplicação da oficina com o 8º ano foram muito positivos, o que gerou dois sentimentos, felicidade por ter alcançado os alunos com a oficina e animação para ler as histórias que eles iriam escrever. Alguns comentários feitos no chat do *meet*: “Estou animada pra fazer meu texto”, “ Eu também estou muito animada!!!!”, “Estamos fazendo a história delas, daria uma ótima novela”, “Achei a história linda e foi uma tarde maravilhosa, obrigada!”, “Também estou animada para escrever”.

Como já mencionado a aplicação com as turmas de ensino médio aconteceu presencialmente, e por esse motivo muitos comentários dos alunos durante a explicação perderam-se, pois não ficaram registrados num chat. Em linhas gerais, a animação dos alunos do ensino médio com a oficina foi bem semelhante à dos alunos do ensino fundamental, mas estes mostraram-se mais preocupados em seguir à risca as pistas dadas, mais ligados às realidades da época. Na prática, eles usaram a imaginação tanto quanto os alunos mais novos, e criaram histórias dignas de roteiro de novela.

Alguns cogitaram a possibilidade de fazer uma ligação entre Felicidade e o movimento abolicionista, demonstrando interesse em pensar as personagens dentro do contexto histórico que eles já conheciam da segunda metade do século XIX, como se fossem dar ao movimento abolicionista outro rosto, além dos já estudados: Luiz Gama, André Rebouças, entre outros. Apesar de ser uma excelente ideia para o final da história de Felicidade após a conquista da liberdade, nenhum dos alunos a colocou em prática.

Durante a explicação da oficina, com a ajuda do professor das turmas, os alunos ficaram bem preocupados em montar o quebra cabeça proposto, fazendo muitas anotações, e seguindo o passo a passo apresentado. Contudo, poucos alunos concluíram a atividade, e todas as histórias entregues foram além das pistas. Não tive outro momento de encontro com esses alunos, recebi os textos por e-mail, e não tive a oportunidade de conversar com eles sobre os resultados.

Já com os alunos do 8º ano houve um segundo encontro, onde eles apontaram as maiores dificuldades e facilidades na escrita. Um dos pontos que chamou-me a atenção foi o fato de eles pontuarem, mais de uma vez, que já haviam visto em novelas, histórias que poderiam se assemelhar às histórias de nossas personagens. E isso ficou muito claro quando eu li as histórias produzidas, todas elas, incluindo as dos alunos do ensino médio, possuem elementos bem característicos de roteiros de novela de época da Rede Globo.

As maiores dificuldades foram: pensar o ofício da Maria, de forma que se encaixasse na história que estavam produzindo e pensar o reencontro entre a mãe e a filha. Já as partes mais interessantes para os alunos foram: imaginar como Maria conquistou sua alforria, e criar os laços de afetividade entre as duas: "porque a família sempre foi, e sempre será um laço precioso."

Foi muito gratificante e importante para esse trabalho poder ler tantos comentários positivos sobre a execução da oficina, os alunos engajaram-se para escrever as histórias que serão analisadas a seguir.

3.2 - Análise dos textos produzidos

Com o objetivo de preservar a identidade dos alunos, apenas as iniciais de seus nomes serão citadas.

Das treze histórias recebidas, apenas duas foram escritas por alunos do gênero masculino. Temos, portanto, 11 histórias escritas por alunas do gênero feminino. O que sugere bastante identificação com o tema, e com a proposta da oficina. Talvez, as meninas tenham conseguido colocar-se no lugar de Maria Anna e Felicidade por se tratarem também de mulheres, e se sentirem representadas pelas duas personagens históricas.

A maioria dos alunos enviou seu texto digitado, apenas uma aluna do 8º ano enviou-me fotografias do caderno (Anexo 1). Duas alunas, A.C. e B.F., ambas do 1º ano do ensino médio, escreveram as histórias separadas por capítulos e títulos que vão encaminhando a trajetória das duas personagens, conforme as pistas da oficina (Anexos 2 e 3 respectivamente). Começaremos por elas.

A.C. escreveu seu texto em terceira pessoa, como num livro de gênero narrativo, ela não assume a idéia de uma biografia, parece-nos que ela quis escrever um romance, cujo título é “*A liberdade cantou*”, e a personagem principal é Maria Anna do Bonfim. Maria é uma escravizada doméstica, que possuía amizade com a esposa de seu senhor, e por esse motivo conquistou a sua alforria gratuita. Esse tipo de relação entre escravizados e pessoas livres foi um recurso utilizado por um número expressivo de alunos, acreditamos que por influência das inúmeras novelas de época que retratam essas relações¹⁷.

Para a construção da narrativa, ligar as personagens à pessoas livres é interessante e muito real, haja vista que as mulheres eram a maioria entre os escravizados que conquistaram a alforria, e uma das hipóteses para tal é “o grau de afetividade que elas puderam estabelecer com seus senhores, fosse como ama-de-leite de seus filhos, no serviço doméstico ou como amantes. Assim, a alforria estaria ligada a laços sentimentais, recompensando os bons serviços prestados.” (FARIA, 2008, p. 2). Essa informação não está presente textualmente na oficina, mas foi bastante comentada durante os momentos de aplicação; junto com as referências da teledramaturgia, ela constituiu uma possibilidade bastante utilizada pelos alunos em suas histórias.

¹⁷ Alguns exemplos: *Sinhá Moça*, e *Novo Mundo*.

Voltemos à narrativa de A.C, a aluna diz que após a conquista da liberdade, Maria e sua filha, Felicidade, teriam sido separadas por traficantes de escravizados que sequestraram Felicidade para re-escravizá-la. Outro ponto importante sobre a escravidão, que têm sido objeto de estudo de historiadoras como Virginia Queiroz Barreto e Maria Helena Machado¹⁸, que também não está presente na oficina, mas foi citado ao longo da atividade, e que foi utilizada pela aluna para compor sua história.

Temos, até aqui, duas questões que não foram colocadas na apresentação da oficina, mas que deveriam estar presentes, uma vez que foram discutidas durante a aplicação e utilizadas pelos alunos, mesmo sem estar disponibilizadas textualmente. Dois temas importantes que escaparam ao texto, mas não às discussões em “sala de aula”, e que mostraram-se relevantes para os alunos: as relações entre afetividade e conquista da alforria, e os casos de re-escravização.

Outros pontos chamaram bastante a atenção na história criada por A.C. O primeiro deles foi o cuidado que a aluna teve ao olhar para Maria e Felicidade de forma empática, sempre descrevendo as emoções que permearam a trajetória de ambas, “alívio”, “dor”, “amor”. O segundo foi que dentre todas as histórias, a única com final triste foi a dela. Após a liberdade conquistada com a ação de liberdade, Felicidade foi assassinada pelo seu antigo senhor, e um diálogo doloroso descreve a cena:

“- E mesmo que nesta vida não exista final feliz, te procurarei em outra, eu prometo, mãe.

- Só nesta que não havia possibilidades, mas eu prometo te procurar em outra vida também, minha querida filha.”

O que acontece depois da decisão favorável da justiça à liberdade de Felicidade é um ponto importante, que foi questionado na oficina, e os alunos ficaram livres para imaginar o que teria acontecido às duas personagens após a ação. A única versão que não possui um final feliz foi a da A.C. Não houve um segundo encontro com os alunos do ensino médio, então, não houve a possibilidade de discutir os caminhos escolhidos por eles; acredita-se que tenha havido uma forte influência da literatura e do cinema, em

¹⁸ BARRETO, Virgínia Queiroz. “Da escravidão à liberdade: a história de Maria da Conceição, roubada e escravizada (Nazaré, 1830 – 1876)”. *Revista Estudos Históricos*. V. 32, n. 66, pp. 101-122. 2019.
MACHADO, Maria Helena. “Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880)”. *Revista Afro-Ásia*, n. 42, pp. 157-193. 2010.

que nem todas as histórias terminam com o “foram felizes para sempre” dos contos de fada.

O que nos leva à uma segunda hipótese: a maioria dos alunos pode ter chegado a finais felizes por influência das histórias infantis, onde tudo se resolve no final. Mas, mais que isso, talvez fosse difícil, até para nós, imaginar mais dificuldades e tragédias na vida das personagens, além daquelas conhecidas pelo próprio documento: o cativo, a separação entre mãe e filha e os abusos cometidos pelos réus da ação. Não foi o caso de A.C que, contudo, concluiu sua história com esperança, ainda que no plano espiritual.

O segundo texto analisado é de autoria de B.F (anexo 3), cujo título é “*Maria e Felicidade: a busca pela liberdade*”. A aluna também usa a terceira pessoa, narrando a história de Maria, que é uma lavadeira, “*simpática e amigável que sonha com a sua liberdade*”. Vê-se um esforço em descrever a personalidade de Maria Anna, e que passa, por uma tentativa feliz de humanização. Isso foi mencionado algumas vezes, durante a aplicação da oficina, que um dos objetivos era dar vida às duas personagens de um processo judicial frio e burocrático, a aluna captou isso, ao descrever características psicológicas à Maria.

Na narrativa de B.F. Felicidade tem um pai, um escravizado de nome Gabriel que é casado com sua mãe. Temos uma família escrava, que não é composta somente por mãe e filha, mas também por um pai. Há no documento uma série de ausências, a paternidade de Felicidade é uma delas, mas foi preenchida por B.F, que apontou que um escravizado casado com Maria seria pai de Felicidade, uma relação afetiva entre pares, um romance, de fato.

Após a conquista das alforrias, mãe e filha, são separadas por um sequestro e re-escravização, que aponta mais uma vez, para a necessidade dessa questão estar presente na versão final da oficina. Outro elemento importante, que foi incluído após ter sido analisado na história de B.F, foi a perenidade das cartas de alforria: “*a carta de alforria de Felicidade não vale mais de nada já que foi capturada para ser escrava em outro lugar.*” Assim como as outras questões, essa também foi debatida em sala, mas não estava no texto.

A história desenrola-se com Maria vindo para o Rio de Janeiro em busca da filha, trabalhando como cozinheira, encontrando Felicidade, mas com o empecilho do cativo da filha e a ação de liberdade, que termina com um final feliz:

“Dessa forma, uma história tão trágica e marcante, apesar de seus obstáculos, se transformou em uma história de mulheres batalhadoras e determinadas, e mostraram que se têm algum objetivo, irão conquistá-lo.”

A aluna captou exatamente a essência que esperava-se quando a oficina foi formulada, mostrar como os escravizados foram agentes de suas histórias e como a violência da escravidão não foi capaz de impedir diversas ações de resistência.

A aluna L.C., 1º ano, traz um debate muito importante em sua história (anexo 4). Ela aponta para uma realidade bem cruel do sistema escravista e que, infelizmente, continua sendo a realidade de muitas mulheres: o estupro. Felicidade havia sido concebida através dessa violência sexual, praticada pelo filho do senhor de Maria. Em nenhum momento da oficina foi sinalizada a questão da violência sexual das escravizadas, mas no momento da aplicação, os próprios alunos comentaram.

Os filmes e novelas estão lotados de cenas como essas, em que mulheres escravizadas são violentadas por senhores brancos. Portanto, esperávamos que esse debate surgisse mas, além disso, a violência sexual é um problema que persiste diariamente, em todas as regiões, faixas etárias e classes sociais. Somos atravessados por notícias de abuso e violência sexual todos os dias, nós e também nossos alunos.

Então, quando a aluna traz essa possibilidade para a sua história, ela não está só trazendo referências ficcionais, mas também referências reais, dos inúmeros casos que lemos dia após dia. Propusemos uma história de resistência histórica, e a aluna coloca em discussão um outro tipo de resistência, que mulheres, em 2021, ainda precisam enfrentar. Interessante como uma oficina ambientada no século XIX pode suscitar debates tão atuais.

Em seguida, temos a história de L.M (Anexo 5), também aluno do ensino médio. Esse aluno foi um dos que escreveu a história em primeira pessoa, a partir de Felicidade. Apenas uma outra aluna do 8º ano fez essa mesma opção. Esperava-se que os alunos fossem optar mais pela opção do diário, mas a maioria escreveu em terceira pessoa, a partir de Maria. Felicidade narra sua trajetória, dizendo que sua mãe era uma ama de leite, e que por esse motivo, foram separadas. Durante a aplicação, os alunos do 1º ano, concordaram que essa seria uma hipótese descartada, mas no momento da escrita alguns utilizaram.

Talvez, houvesse uma expectativa alta em relação aos alunos do ensino médio, com relação ao processo de escrita, imaginamos que eles poderiam ser mais fiéis às realidades escravistas e oitocentistas apresentadas, justamente porque durante a

aplicação mostraram-se assim. Mas a verdade é que eles são adolescentes, e por mais que eles quisessem ater-se às fontes apresentadas, a imaginação e as referências externas falaram alto.

Aliás, eles foram incentivados a utilizar a imaginação. Pode ter sido um pouco ingênuo achar que adolescentes não a usariam livremente, mesmo com tantas fontes disponíveis. Até porque, o trabalho com fontes em sala de aula não pretende, formar mini historiadores, mas fazê-los refletir sobre o ofício do historiador, e nesse caso específico apresentar uma história de resistência feminina à escravidão.

Outra aluna que utilizou a possibilidade de Maria ser ama de leite, e a separação ter acontecido por esse motivo foi M.M, 1º ano (anexo 6) e ela aponta que Maria só consegue encontrar a filha, graças à uma marca de nascimento que Felicidade possuía. Essa também foi a solução encontrada por P.C, 1º ano (anexo 7) que imaginou Maria fazendo um corte em Felicidade, ainda bem pequena, para que o encontro pudesse acontecer mais tarde. E, de fato aconteceu, anos mais tarde, Maria consegue descobrir onde estava Felicidade através de seu anúncio de venda, que descrevia a cicatriz.

Nesse ponto, a imaginação cruza a realidade, uma vez que os anúncios de compra, venda e aluguel de escravizados foram utilizados na oficina. O aluno adaptou para que se encaixasse em sua narrativa, além disso, era comum que os anúncios, principalmente os de fuga, trouxessem descrição dos escravizados, incluindo cicatrizes.

De uma forma geral, as histórias escritas pelos alunos do Ensino Médio mesclaram elementos fictícios aos elementos apresentados na oficina. Adaptaram as fontes disponíveis às soluções que eles criaram para preencher as lacunas presentes na história das duas personagens. Debates importantes foram colocados por eles em suas histórias, e nos alertou para a necessidade de incluí-los na versão final da oficina, tais como a re-escravização, a possibilidade maior de alforria para mulheres e a fragilidade das cartas de alforrias.

Conseguimos perceber muitas referências à obras de ficção, o que explica em partes, porque as expectativas em relação às histórias, desses alunos mais velhos, foram quebradas. Pelos debates em sala, esperava-se histórias bem mais apegadas às fontes apresentadas. De qualquer forma, saldo positivo. Os alunos engajaram-se, e deram vida à Maria e Felicidade, trazendo seus sentimentos, suas ações, e suas jornadas.

Já foi pontuado que as histórias criadas pelos alunos do 8º ano, não foram assim tão diferentes das criadas pelos alunos do ensino médio. Cada uma delas possui seus caminhos, cada aluno fez suas escolhas e portanto, cada uma é diferente da outra.

Contudo, ambos os grupos trouxeram para seus textos muita imaginação, e muitas referências externas. O que difere os dois grupos é a maturidade na escrita, alguns alunos do ensino médio entregaram textos mais longos, divididos por capítulos, utilizando palavras menos usuais, as histórias das alunas A.C. e B.F. (anexos 2 e 3 respectivamente) mostraram isso.

M.D., 8º ano (anexo 8), traz sua narrativa pautada em Maria, em terceira pessoa. Diz que Felicidade foi fruto de um romance de Maria com o filho de seu senhor. Essa foi a aluna que durante a explicação disse que já tinha ouvido falar que as escravizadas eram, muitas vezes, usadas como objeto sexual, mas optou pelo romance, e não pela violência ao apresentar a paternidade de Felicidade. Isso chamou bastante a atenção, talvez a aluna nem tenha lembrado da observação feita por ela em “sala”, e usou a outra possibilidade por ser a mais próxima daquilo que já leu nos livros, um romance.

Outra ligação entre Maria e a família de seu senhor, na narrativa da M.D, é com a filha, Cecília, personagem criada por ela. Cecília é uma jovem contrária à escravidão, que ajuda Maria a conseguir sua alforria condicional, e a encontrar Felicidade, procurando indícios da venda da menina. Aparece aqui também às questões afetivas, que são importantes na compreensão do maior número de alforrias para as mulheres e também, referência forte à novelas. A filha do senhor de escravos que é contra a escravidão, que é tida como rebelde e ajuda os escravizados, é um elemento bem comum em algumas obras.

A.K., 8º ano (anexo 9), fez escolhas mais baseada nas pistas apresentadas. Diz que Maria era quitandeira, e conquistou sua alforria paga incondicional. Felicidade foi separada da mãe, porque foi vendida e, foi encontrada através de anúncio de jornal. Após o reencontro vivem juntas como quitadeiras circulando pelas ruas que aparecem no processo. Ela foi a única aluna que utilizou um trecho do processo para confirmar a liberdade conquistada por Felicidade. Apesar disso, todos os alunos mantiveram a decisão judicial favorável, nenhum deles alterou esse desfecho.

N.P., 8º ano (anexo 10), investiu em uma Maria que ambiciona a liberdade para ir em busca da filha, trabalha sete anos até conseguir a compra da alforria, e mais um para juntar dinheiro para manter-se enquanto sai em busca de Felicidade. Entra aqui, a questão da Maria agente da sua própria história, trabalhando para conquistar a alforria e encontrar a filha. Tem também uma ideia de “mulher batalhadora” na história de N.F.,

acreditamos que haja referências femininas fortes na vida da aluna, provavelmente a própria mãe.

M.R., 8º ano (anexo 11), nos apresenta duas versões para separação entre mãe e filha, a aluna resolveu utilizar as duas possibilidades apresentadas na oficina. Felicidade foi separada da mãe ainda bebê, mas Maria acompanhava o crescimento da filha de longe, pois sabia para onde haviam levado a menina. Anos mais tarde, já jovem, Felicidade é vendida e Maria sai a sua procura. O processo é citado, sem aprofundar muito nessa questão, e após a conquista da liberdade, Felicidade vive feliz com sua mãe, ambas trabalhando como lavadeiras.

J.N., 8º ano (anexo 12) é a aluna que contou que sua mãe ouviu a aplicação da oficina, que aconteceu via meet, e a ajudou a escrever a história, e ficou bastante emocionada com as trajetórias das duas personagens, colocando-se no lugar de Maria. A aluna também pontuou que a mãe gostou de conhecer mais sobre as ações dos escravizados no Brasil. Esse relato de J.N. sobre a participação da mãe foi bastante interessante porque quando lemos o processo de Felicidade, percebemos como as relações familiares eram frágeis no sistema escravista. E esse era um aspecto importante da oficina, além da própria questão da resistência escrava e da ação de liberdade.

Quando a aluna contou que a mãe ficou muito sensibilizada com a história de Maria e Felicidade, os demais alunos também ficaram, e sentimos uma sensação de dever cumprido, afinal era isso que esperávamos. Essa pesquisa e a oficina queriam apresentar um outro olhar sobre os escravizados, contar uma outra versão. Também pretendia que esse olhar fosse divulgado, em sala de aula, e atingisse também quem não está nela, como a mãe dessa aluna.

Em todas as versões, Maria é uma mulher forte: mais um objetivo alcançado, tirar o local de passividade dos escravizados, e pensar nos espaços de negociação e resistência. Os alunos poderiam não ter comprado essa ideia, e ter apresentado uma Maria diferente, mas nenhum deles o fez. Sabemos que espaços de negociação e resistência dependiam muito das relações que os escravizados possuíam com pessoas livres; no entanto, mesmo nas histórias em que há um laço de amizade entre Maria e senhoras, ou filhas, há um protagonismo de Maria em suas ações.

O saldo da aplicação da oficina, e das histórias apresentadas pelos alunos foi extremamente positivo. Mostrou ser possível aplicá-la tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, e que a interação com alunos acaba ditando o ritmo adequado para cada faixa de idade. Outro ponto importante é que os alunos apresentaram alguns

elementos que precisavam ser incluídos na versão final da oficina, assuntos debatidos e que não foram apresentados no texto.

Todas as histórias trouxeram espaços para humanização das duas personagens, convivência familiar, o amor entre mãe e filha, os desejos e medos de Felicidade e Maria foram expostos com maestria. Conseguimos, ao final, cumprir o que foi proposto. Apresentar o trabalho do historiador, colocar os alunos em contato com fontes primárias e secundárias, dar voz à duas mulheres vítimas da escravidão, trazendo suas vidas para o centro da narrativa para além do processo judicial, fazendo-os imaginar diferentes possibilidades e versões.

Considerações finais

Há dois anos quando iniciava esta trajetória no ProfHistória, eu não imaginava que a volta à Academia seria um divisor de águas em minha atuação docente. Todos os textos lidos, discussões as quais participei foram essenciais para que toda a minha prática em sala de aula fosse repensada: quais personagens destacar, qual o melhor ângulo para abordar determinado tema, como trazer representatividade aos meus alunos, são algumas das perguntas que me faço ao preparar uma aula desde o dia em que comecei o mestrado.

Acredito que, para todos os professores que encaram o desafio de rever suas práticas docentes e pesquisar sobre o Ensino de História, essas sejam questões importantes, assim como são para mim. O ProfHistória resiste a tantas tentativas de sucateamento das Universidades públicas e da pesquisa no Brasil, e, apesar disso, possui um grande mérito: propor novos debates e formar continuamente professores de História cada vez mais conscientes de seu papel na educação básica brasileira.

Felicidade e Maria foram os fios condutores de uma reflexão mais abrangente, que analisou as narrativas, ou ausência delas, que são contadas nas salas de aula de História a respeito dos sujeitos escravizados no Brasil do século XIX. Detalhes pouco abordados sobre as resistências e agências escravas puderam ser explorados a partir das histórias de vida dessas duas mulheres, mãe e filha.

Além de propor uma apresentação dessas biografias, e de nuances do sistema escravista, buscou-se criar entre as personagens e os alunos um vínculo, de afetividade e empatia, daqueles que criamos ao assistir um filme, uma novela ou uma série de TV, e a partir dele imaginar possibilidades para a vida dessas mulheres. Um exercício de imaginação histórica, que foi rapidamente compreendido pelos alunos durante a aplicação da oficina, e que mais tarde produziu textos tão ricos em detalhes e com um ar de romance, mas sem deixar de perder a noção de realidade histórica.

Acredito ter conseguido cumprir os objetivos apresentados no projeto de pesquisa, e os resultados apontam para isso, ainda que várias questões relativas à pandemia tenham sido colocadas como barreiras para a execução dessa pesquisa, e de sua aplicação com os alunos da educação básica.

Tenho conversado com alguns colegas, e há grandes possibilidades de que essa oficina possa a ser aplicada em outros contextos escolares, sob a supervisão de outros professores. Acredito que Felicidade e Maria ainda farão parte de mais aulas de

História, e que serão responsáveis por fomentar mais debates acerca das resistências escravas no Brasil.

Referências bibliográficas

Fontes:

Felicidade, crioula; libelo de liberdade, segunda vara cível, nº 4645, maço 872, galeria A, 1870, Arquivo Nacional.

Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Obras Gerais:

ALMEIDA, Anita; GRINBERG, Keila. *Detetives do passado: oficinas de investigação histórica*. Rio de Janeiro: Numen/UniRio, 2009. Disponível em: <http://www.numemunirio.org/detetivesdopassado/>.

_____. “Detetives do passado no mundo do futuro: divulgação científica, ensino de história e internet.” *Revista História Hoje: revista de Ensino e História da ANPUH*. v. 1, nº1, pp. 315-326. 2012.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. “Da prática costumeira à alforria legal”. *Politeia: revista de História e Sociologia*. v. 7, n. 1, pp. 163-186. 2007.

BARRETO, Virgínia Queiroz. “Da escravidão à liberdade: a história de Maria da Conceição, roubada e escravizada (Nazaré, 1830 – 1876)”. *Revista Estudos Históricos*. V. 32, n. 66, pp. 101-122. 2019.

BEZERRA, Nielson Rosa. “Escravidão, biografias e a memória dos excluídos”. *Revista Espaço Acadêmico*. v. 11, n. 126, pp. 136-144. 2011.

CAIMI, Flávia Eloisa. MISTURA, Letícia. “O (não) lugar da mulher no livro didático de história: um estudo longitudinal sobre relações de gênero e livros escolares (1910-2010)”. *Aedos: Revista do corpo discente do PPGHIS da UFRGS*. v. 17, nº16, pp. 229-246. Porto Alegre. 2015.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

FARIA, Sheila de Castro. *Aspectos demográficos da alforria no Rio de Janeiro e em São João Del Rey entre 1700 e 1850*. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais as Desigualdades Sócio demográficas e os Direitos Humanos no Brasil. (2008).

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres na sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. “A poupança: alternativas para a compra da alforria no Brasil (2ª metade do século XIX)”. *Revista de Indias*. v. LXXI, n. 251, pp. 137-158. 2011.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MACHADO, Maria Helena. “Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880)”. *Revista Afro-Ásia*, n. 42, pp. 157-193. 2010.

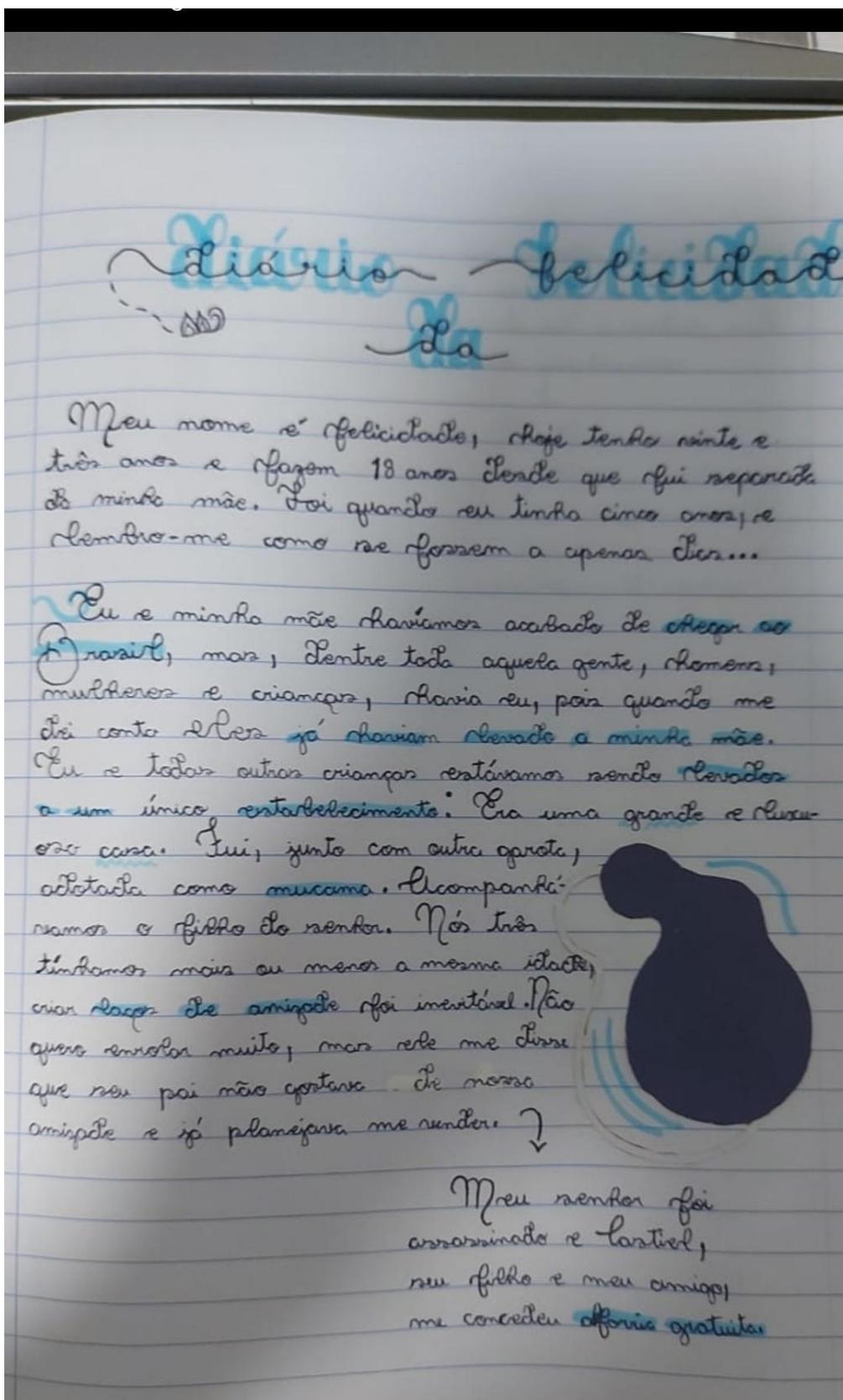
MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Mas não somente assim! Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História”. *Tempo*, v.11, n. 21, pp. 5-16, 2007.

MUAZE, Mariana. “Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX”. In: Xavier, Regina Célia Lima & Osório, Helen (orgs). *Do tráfico ao pós-abolição – trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, pp. 360-392. 2018.

SILVA, Alexandra Lima. “Folhas de ébano: (auto) biografias de escravizados e ensino de história.” *Revista História Hoje: revista de Ensino e História da ANPUH*. v. 7, n. 14, pp. 263-284. 2018.

Anexos

Anexo 1:



Eu e minha amiga Lina, que também conquistou alforria gratuita do lado pelo Brasil, fomos saindo em diversos trechos desde então, nos deslocando até a capital, onde nos disse que talvez encontraria minha mãe.

↓

<3 Felicidade tinha 14 anos

Eu, Lina e minha

<3 quando conquistou alforria.

mãe, Maria, morávamos em uma pequena cabana

<3 Maria, Lina e Felicidade

e trabalhávamos como

<3 tinham, respectivamente, 44,

vendedoras de frutas.

<3 23 e 22 quando se encontraram.

Anexo 2:

A liberdade cantou

Capítulo 1 - A vida que levou.

Maria Anna do Bonfim, uma mulher liberta no Brasil em meados do século XIX. Desacreditada, chegou onde sempre sonhou em estar.

Estava livre? Entretanto, o que era liberdade, afinal?

Olhou para o céu azul da manhã, não havia conseguido dormir, mesmo que não houvesse mais dores insuportáveis do trabalho árduo a impedindo de descansar. Trabalhava com tudo e mais um pouco, lavava, cozinhava, costurava, ou até mesmo cuidava do imenso jardim repleto de flores de seus antigos senhores.

As lembranças ainda eram como uma brasa em seu coração finalmente alforriado. Era ainda tão vívido, que podia se lembrar nitidamente. Sua senhora sempre foi gentil, diferente de seu cônjuge. Tanto que a relação amigável entre as duas, era incômoda para seu marido. Afinal, o marido da sua senhora, o qual ela pertencia, apesar de ser um homem severo e deveras cruel, amava sua senhora. Maria, ainda que não o entendesse bem, compreendia o ciúmes que havia ali.

No dia em que foi alforriada, como um último pedido antes da morte de sua senhora, foi estabelecida uma condição para que fosse liberta de uma vez: “Aqui, serás marcada, como prova a quem pertenceu, e a quem um dia deverá até a próxima vida, sua lealdade.” E ali foi feita, de ferro quente, a tatuagem como símbolo. Tanto como a sua liberdade, como a prova de sua escravidão.

Deixando divagar pelas lembranças. Ainda segurando a mão de sua filha, Felicidade, que agora, não era mais a sua menininha, pequena demais para entender aquela dor que carregava em seu peito. Felicidade olhava para sua mãe, tão feliz quanto a mesma, ambas com lágrimas nos olhos.

Livre.

Livre.

Livre?

Sim, livre!

Se perguntava constantemente, se tudo era um delírio por parte de sua mente, que talvez estivesse decidida a pregar uma peça maldosa em Maria. E, antes que percebessem, as lágrimas já escorriam por seus rostos. Sorrindo eufóricas com tanta felicidade que não cabia em seus corações, agora saíram correndo com os pés descalços. Todavia, como diz aquele velho ditado, momentos tão bons nunca duram por tanto tempo.

“E então, Adam. O que pretende fazer com essas duas?”

Vozes podiam ser escutadas como ecos, como se estivesse dentro de uma caixa vazia. Um tiro foi disparado.

“Deixe esta outra, apenas uma basta.”

Outro tiro pode ser escutado.

“Bem, como desejar, querido irmão.”

E, antes que houvesse qualquer chance de escape, Felicidade foi levada, para sabe-se lá onde. Para longe de si. Mas agora, apenas almejava: “Que Deus tenha piedade de vossa pobre alma, que um dia eu possa a encontrar novamente” - dizia em oração, com uma mão sobre o peito apertado.

Capítulo 2 - Longe da felicidade.

Cinco anos anos haviam se passado, e nada. Não conseguia encontrar Felicidade em lugar nenhum. Agora, estando na Corte no Rio de Janeiro, ia para todas e quaisquer direções possíveis. Era a sua última esperança. Estava totalmente desolada, como encontraria sua filha? Bonfim, mesmo tendo estado em diversos lugares para tentar a

encontrar, será mesmo que nunca seria capaz de conseguir vê-la de novo? Esse tipo de pensamento que rondava a sua mente, lhe assombrava todas as noites. Desamparada e totalmente sem saber que rumo tomar, Maria se senta na calçada em frente à uma padaria. Até que um homem, abriu a porta da loja com um sorriso e com o olhar espantado:

“Maria? Oh, Maria!”

Reconhecia a voz, mas de onde?

Olhou para trás e quem encontrou foi uma grande surpresa.

“Joaquim?”

Capítulo 3 - Mais da boa esperança.

“Realmente, faz tempos em que não nos encontramos, o que tanto te traz aqui, Maria? Mas é tão bom novamente te ver.” Dizia o Português com euforia perceptível aos olhos de qualquer um que passasse.

“Digo com tamanha felicidade que também é bom te rever, entretanto, infelizmente o que tanto me traz é a procura de minha filha, Felicidade.”

O ar que antes era tão leve, outrora ficara mais pesado que toneladas de rochas em suas costas. Ele a convidou para entrar, o que foi prontamente atendido. O mundo parecia que dava muitas e muitas reviravoltas em sua vida.

“É realmente bom te ver por aqui.”

A frase foi dita por ninguém menos que Manoel Rotchildes. Um homem amigável que sempre presenteava Joaquim e Maria quando pequenos.

Capítulo 4 - Enquanto agora, para buscar Felicidade.

Maria passou por uns tempos na casa de Joaquim, pois o amigo se recusava a deixar a sua amiga nas ruas, sem ter um teto ou ao menos o que comer. Então, foi feito um acordo, já que Maria também não aceitava só depender de Joaquim. Ela trabalharia na loja.

Mais um tempo se passou, Joaquim, assim como Manoel ajudavam Maria a procurar Felicidade. A esposa de Joaquim era dona da loja, enquanto que Joaquim era um negociante. As duas se davam bem na maior parte do tempo. Joaquim e Maria descobrem que Felicidade foi vendida para João Menna, em Ouro Preto, Minas Gerais.

João então, a pedido de Maria foi buscar Felicidade. Foi de muitas turbulências, mas conseguiram. Felicidade estava com Maria novamente. Apesar da alegria de ter Felicidade num abraço de novo, apesar desse encontro amistoso, ainda haveriam muitos infortúnios que essas duas passariam. As duas, após muitas conversas, contaram o que cada uma passou. Felicidade conta os trabalhos que fez enquanto estava em Ouro Preto, como ama de leite.

“Foi de deveras assombro à minha mente, minha mãe. Mataram o meu filho, para que eu não pudesse alimentá-lo escondida.”

E Maria, que contava à filha os lugares que passou, até encontrá-la. Maria e Felicidade trabalhavam para juntar dinheiro na padaria da esposa de Joaquim.

Após conseguirem o suficiente para sair da casa de Joaquim, na rua da Alfândega, foram morar em Príncipe dos Cajueiros. Felicidade foi trazida com uma procuração que o autorizava a negociá-la, o que significa que ela ainda não estava livre. Maria abriu uma ação de liberdade, com a ajuda de Joaquim e Manoel, sob a tutela de seu curador, Duarte Francisco Pereira.

Capítulo 5 - O dia do Julgamento.

O tão esperado dia do julgamento chegou. Maria e Felicidade estavam nervosas a ponto

de quase explodir de nervosismo. Muitos protestos e defesas, contra e ao seu favor, foram usados para a decisão judicial final. Até que foi finalmente decidido. Foi declarado, que Felicidade estava livre.

Capítulo 6 - A Liberdade cantou.

Após o julgamento, com Felicidade finalmente livre e Maria finalmente com o coração em paz. Manoel e Joaquim as acompanhavam no caminho para casa.

“A liberdade cantou finalmente para vocês duas.”- Disse Manoel, com suas frases filosóficas que ninguém entendia.

Mas a surpresa foi, de fato, a resposta de Felicidade: “É, ela cantou. E logo todos poderão escutar essa melodia que nos invade e a euforia que nos causa.”

Risadas, suspiros, todos ali, estavam felizes e aliviados. Se despediram de seus respectivos amigos e foram para outras ruas.

Capítulo 7 - A realidade é que não existem finais completamente felizes.

Atravessando a última rua, para que pudessem chegar em casa, ambas não perceberam, mas havia alguém que estava às observando. Até que então, ele sai pelas espreitas da escuridão da noite. Felicidade reconhece seu antigo dono, ele que então tira da cintura uma arma. Aponta e atira nas duas. Felicidade caída no chão, junto de sua mãe. Diz suas últimas palavras:

“E mesmo que nessa vida, não exista um final feliz, te procurarei em outra, eu prometo, mãe.”

“Só nesta, que não havia possibilidades, mas eu prometo te procurar em outra vida também, minha querida filha.”

Anexo 3:

Maria e Felicidade: a busca pela liberdade

Capítulo 1: realidade escravista

Durante o século XIX, no Brasil, há Maria Anna de Bonfim, uma brasileira desde seu nascimento que é escrava por vários anos, trabalhava lavando as roupas de seus senhores e tem aproximadamente uns 30 anos. Vive incessantemente atrás de sua carta de alforria, está muito confiante de que conseguirá, mas nunca a obteve. Mal sabia que mais tarde era a sua futura filha que precisaria da carta.

Apesar da situação de Maria, ela sempre foi muito sonhadora, não vê o porquê de ficar se contentando com pouco e sempre busca o melhor das coisas. Amigável, simpática e sonhadora são os adjetivos que a definem.

De manhã, ao acordar, se aprontou rapidamente para o trabalho escravo, seu corpo estava cheio de cicatrizes, exalava cansaço e dor (tanto física quanto psicológica), já que levava vários açoites.

"Eles não se cansam de fazer os escravos sofrerem, tanta dor e sofrimento, não aguento mais essa realidade, tenho que conseguir essa carta a qualquer custo."- disse Anna, indignada e focada em seu objetivo

Capítulo 2: oportunidades

No fim da tarde, Maria notou uma coisa que a intrigou, avistou um homem se estabelecendo no antigo posto do chefe dos escravos, o que nunca havia acontecido desde que se tornou escrava. Mal sabia que ele iria mudar a vida dela.

Porém, um tempo depois, conversando com ele (Maria era a única escrava a quem ele se dirigia), Bonfim percebeu que o mesmo era sincero e depois que descobriu que ele era obrigado a trabalhar com aquele cargo, percebeu que talvez não era mau, contradizendo os seus pensamentos negativos em relação a ele.

Enquanto conversavam, Maria tinha dito que desejava a carta de alforria, então o chefe disse para a mesma que conhece uma família que procura uma escrava para ser cozinheira e poderia indicá-la, mas teria que guardar segredo e executar cada coisa discretamente. Estonteante, Anna o abraçou e agradeceu pela oportunidade de ser livre. Ela foi dormir leve e contente aquela noite, pensando nos planos futuros, vagando pela imaginação interminável da mesma, até cair no sono. Ela encontrou ali no quarto escuro e sujo, uma ponta de esperança em seu coração e pela primeira vez, ela dormiu feliz.

Capítulo 3: Longos anos

Maria acordou alegre, apesar de saber que terá que trabalhar duro para conseguir sua liberdade. O chefe a encaminhou para a casa da família e começou a trabalhar no mesmo dia.

Deslumbrada com a casa, nem percebeu que o senhor estava a chamando.

"Maria, Maria preste atenção! Como irás trabalhar aqui deste jeito?! Colocarás fogo na casa e ficarás sem a carta assim." -disse,o rabugento dono.

"Desculpe senhor, isso não irá acontecer novamente, perdoe-me."- disse Bonfim

Depois de se acomodar em um minúsculo quarto, Anna percebeu que era bem melhor do que seu antigo, seu atual é mais limpo e claro, mesmo estando no porão.

Ela observava a luz atravessar as frestas de madeira enquanto colocava a roupa nova que ganhou dos novos chefes no pequeno cômodo de seu quarto.

"Estou extasiada que ganhei novas vestes, faz tanto tempo que não troco de roupa." -disse Maria reluzente pelo que obteve.

Como chegou bem cedo a casa da família, o dono a mandou trabalhar, pois queria um café da manhã bem caprichado e teria de ser rápida.

Mais tarde, a esposa do senhor chegou em casa e logo cumprimentou Maria, fazendo seu marido bufar, já que tinha desgosto pela escrava.

Depois de alguns dias, as duas se aproximaram, criando uma verdadeira relação de amizade, mas tudo sem o marido saber. Apesar da esposa do dono vim de uma família que possui ótimas condições financeiras, era humilde e gentil com qualquer pessoa, independente de sua classe social, por isso era agradável e simpática, contrariando o modo de ser do seu marido.

À noite, sentada em sua cama, observava a comida quentinha em sua frente, soltava um vapor e com ele trazia cheiro dos temperos, a fazendo lembrar imediatamente de sua infância. Emocionada por estar comendo uma comida tão boa novamente, desfrutava cada coisa de seu prato até terminar de comer.

Anna ficou nostálgica só de relembrar as boas memórias e feliz por reproduzir a comida de sua família. Dormiu com o coração quentinho.

Capítulo 5: Novo inquilino

De manhã, a luz do Sol já tocava sua pele pelas frestas de seu quarto. Acordou apta para o trabalho e banhou-se para executá-lo, fazia anos que não banhava-se tão bem, sem água suja com cheiro de esterco.

Pronta para o trabalho, caminhou delicadamente para a cozinha para não fazer muito barulho, o que foi em vão a partir do momento em que trombou com a parede, batendo sua mão na mesma, o que a fez grunhir de dor.

"Ai, minha mão" -disse Maria com dor

"Silêncio! Estou a ler o meu jornal." -disse o senhor

"Perdoe-me senhor ."-disse Maria

Após esse momento inoportuno, a esposa do dono chegou do mercado com uma pessoa ao seu lado, mais especificamente um escravo.

"Quem és este homem e o que veio fazer nesta residência?" -pensou Bonfim

"Bom dia, vim apresentar o novo inquilino desta casa, ele a partir de hoje, trabalhará na jardinagem, cuidará do estábulo, entre outras coisas. Seja bem-vindo Gabriel."

Depois de serem apresentados, Gabriel e Maria se deram bem no início e até tornaram-se colegas no mesmo dia, tinham muita coisa em comum, e uma delas era a escravidão.

Gabriel possuía uma simpatia sem igual, era engraçado e bem educado, ficava cada vez mais próximo de Bonfim, se tornaram verdadeiros amigos.

Capítulo 6: Confessar

Anos depois, Anna e Gabriel já eram noivos e estavam prestes a se casar. Eram totalmente apaixonados um pelo outro. Maria deu a notícia à esposa, que ficou felicíssima.

Dois dias depois, após organizarem tudo para o casamento (era simples, já que era bem reservado), fizeram a cerimônia no jardim da casa, o dono estava trabalhando, então estava tudo certo para a cerimônia. No casamento, como era discreto não chamaram padre, a esposa fez o papel dele.

Casados, estavam muito felizes, pois nunca imaginaram se casar nessas circunstâncias. Foram para dentro de casa, saltitando de alegria, aliás é o dia deles comemorarem.

Capítulo 7: Presentinho

Com o casamento, também pode vir responsabilidades, foi o que aconteceu. Maria estava grávida e prestes a nascer o bebê, todos torciam para ser menina, ao contrário do

dono, que foi contra a ideia de ter um bebê em sua casa, mas de tanto sua esposa insistir e falar que se não deixasse iria embora, o senhor deixou.

Para a alegria de todos o bebê nasceu, era uma menina, se chamava Felicidade, com relação ao sentimento que tiveram ao vê-la, encheu o coração deles de emoção e fofura.

Anos mais tarde, já mais velha, Felicidade vivia uma vida feliz com sua família, apesar de ter que trabalhar duro junto a sua mãe na casa, era muito esforçada no que fazia.

Capítulo 8: Desabafo

De manhã, fazendo o almoço, Anna foi chamada pela esposa do dono, preocupada, Maria foi rapidamente ao encontro dela.

No quarto da esposa, ela já estava em prantos e Bonfim não estava entendendo o que estava acontecendo.

"Te chamei, pois preciso do teu consolo e desabafar. Meu marido a um tempo atrás, antes de sua chegada, era possessivo, ciumento, grosso e até violento, me tratava muito mal, entretanto depois que tu chegastes, ficou mais constante. Não sei até quando aguentarei, meu marido me deixaste com diversos hematomas."

A esposa mostrou os hematomas para Anna, que ficou chocada e triste pela situação.

"Como alguém pode te ferir deste jeito?! Ele tem que ser punido, não tem o direito de fazer isso contigo. Meus pêsames pelo ocorrido."

As duas apenas se abraçaram e choraram, buscando consolo uma na outra.

Mais tarde, Bonfim falou com a esposa que estava quase conseguindo sua carta de alforria, depois que conseguisse poderia ajudar ela a fugir, se assim desejasse. A esposa logo aprovou o plano e ficou contente só de se imaginar sem hematomas e palavras grosseiras.

Capítulo 9: Alegria e tristeza

Pela manhã, Bonfim, seu marido e Felicidade já acordaram animados, pois receberiam sua carta de alforria no café da manhã.

Maria desfrutando seu pão com café, despertou ao ouvir um barulho vindo de seu lado. Era seu marido, caído no chão, teve um infarto e morreu na hora.

Ninguém sabia a causa da morte e estavam todos chocados, menos o dono que nem se importou, e ainda disse:

"Quando eu voltar do trabalho, exijo que esse imundo fora desta casa, antes que as moscas venham acabar com minha pouca paciência."

Chocadas com o acontecido, ficaram com muita vontade de matar o dono ali mesmo, porém, não quiseram gastar o tempo delas com petulâncias .

Algum tempo depois, já mais calmas, a esposa entregou a tão desejada carta de alforria, mas Anna e Felicidade não ficaram tão felizes assim, aliás os três iam receber a carta e apenas duas a obtiveram.

Capítulo 10: Dor profunda

Já livres, estavam felizes, porém era o funeral de Gabriel e não tem como se alegrarem.

A esposa do senhor, pagou o enterro escondido do marido (ele ainda estava trabalhando), Anna ficou extremamente grata. A esposa do senhor não pôde ir ao funeral, pois tinha que fugir o mais rápido possível, depois que se despediram, foi embora, e consigo levava suas economias secretas e tudo que precisaria para sua viagem libertadora.

No funeral (foi em um cemitério perto de casa), Maria e sua filha estavam em prantos se lamentando pela perda.

Dois homens estavam a observando de longe, mas não é recente, já faz muito tempo, estavam só esperando o momento certo para capturar Felicidade.

O objetivo deles era procurar escravas para trabalhos domésticos, já que a demanda era grande.

Enquanto elas estavam lá, os homens se aproximaram discretamente e quando a Anna e Felicidade estavam indefesas, atacaram, um apunhalou Maria e outro Felicidade, a diferença é que levaram sua filha e ela ficou lá, desmaiada.

A carta de alforria de Felicidade não vale mais nada já que foi capturada para ser escrava em outro lugar e mesmo que quisesse da carta não está com ela, e sim com a mãe (pediu para guardar para ela, para não perder).

Capítulo 11: Descobertas

Anos depois, Maria ainda está procurando sua filha, resolveu sair da Bahia e ir para a Corte que fica no Rio de Janeiro para encontrá-la.

"Olá, me chamo Maria Anna Bonfim, sou mãe de Felicidade, desaparecida há anos. Caso souberes algo sobre a minha amada filha, encontra-me no restaurante chamado Toque da Júlia, onde trabalho. Agradeço desde já." -dizia uma das cartas de Maria colocadas nas paredes nos arredores do Rio de Janeiro

Quando acabou de colocar essa carta na parede, um homem a interrompeu de seus devaneios mentais centrados em sua filha e iniciou uma conversa com ela.

"Olá, bom dia, me chamo Joaquim Guimarães, estás a procurar a sua filha pelo que li na carta. É seu dia de sorte, sou um dos melhores negociadores do Rio, se quiseres posso ajudar-te, sei algo sobre sua filha."

"Nossa, agradeço-te muitíssimo, quero sim tua ajuda, mas por favor conte-me o que sabes."

"Então, está combinado irei ajudar-te e falarei o que sei. Acho que tua filha está em Ouro Preto em Minas Gerais, ouvi de uns traficantes de escravas falando sobre uma tal Felicidade, portanto imaginei que fosse tua filha que está em Minas."

"Mas por que estamos aqui parados? Vamos ao encontro de minha filha, a qualquer custo a traremos."

Ao andarem pelas ruas do Rio, Anna acabou achando seu amigo de infância, chamado Manoel Rothschildes, entre as várias pessoas que circulavam, seus olhos se encontraram e no mesmo momento foram se cumprimentar.

"A quanto tempo não te vejo, saudades de aprontar contigo." -disse Manoel

"Também tenho saudades daquela época." -disse Maria

Após Bonfim, explicar a sua história e o que aconteceu, Manoel disse que irá acompanhá-la nessa busca.

Porém, tudo muda quando Joaquim decide ir sozinho buscá-la, já que acha mais fácil convencer o senhor que possui a Felicidade sem a mãe o amigo, pois um passo em falso e a Felicidade não volta mais.

Tempo depois, Anna permite ele ir sozinho, mas o fez prometer que acharia a filha dela e ele assim o fez.

Capítulo 12: Minas Gerais

Posteriormente, ao chegar em Ouro Preto, procurando incessantemente, a acha na posse do senhor João Menna. Joaquim a leva para o Rio, junto a uma procuração que o autorizava a negociá-la.

Todavia, surgiram vários acordos entre Maria e outros negociantes de escravizados, o que gerou a abertura de ação de liberdade, sob a tutela de seu "curador" Duarte Francisco Pereira.

Como Felicidade ainda é escrava, para recorrer à justiça, precisa de um homem livre que a representasse (curador) e era também um advogado.

As testemunhas da Ação de liberdade são Joaquim Guimarães e Manoel Rothschildes.

Após se reencontrarem, Bomfim e sua filha entram em prantos no mesmo instante, sua mãe ainda a reconhecia muito bem. Porém, ela ainda não estava livre, tinham obstáculos para passar.

Capítulo 13: dia do julgamento

É o grande dia, o dia do julgamento. Todos estão em seus devidos lugares, já irá começar.

"Bom dia a todos, temos aqui Felicidade em busca de sua liberdade, seu advogado Duarte Francisco Pereira e suas testemunhas : Joaquim Guimarães e Manoel Rothschildes." - disse o juiz

"Começaremos pelas falas das testemunhas, Joaquim, por favor." - disse o juiz

"A Felicidade mesmo que eu tenha a conhecido a pouco tempo, a acho uma mulher incrível e de bom coração, por tudo que ela passou, nada mais justo do que a liberdade." - disse Joaquim

"Manoel, por favor, podes falar." - disse o juiz

"Mesmo que eu não conheça tanto Felicidade, conheço a mãe dela, uma mulher incrível e com um ótimo caráter, quando olha para a filha dela vejo. Lembro de brincar com Maria, éramos bem pequenos, sempre teve a personalidade forte e uma beleza impecável, vejo o mesmo em Felicidade. Portanto, acho justo Felicidade ter sua liberdade, não apenas por causa de suas características, mas pela espera de uma mãe por vários anos para abraçar e tê-la em seu braços novamente. Felicidade merece ser livre."

"Francisco, fale, por favor". - disse o juiz

"Para mim, Felicidade merece a liberdade, assim como qualquer escravo esperando rever sua família, ninguém sabe o que é estar longe de quem ama até sentir na pele o que é realmente. Para Felicidade, eu digo: quero que sejas livre e aproveites a sua mãe e claro, sua liberdade."

Após João Menna dar sua testemunha e advogado dele falar, o juiz finalmente tomou sua decisão.

"Eu, juiz, concedo a liberdade de Felicidade e a isento de qualquer penalidade, portanto de hoje em diante estás livre."

Além disso, João Menna perde o caso. Maria, Joaquim, Manoel e Francisco, ficam muito felizes por terem conseguido enfrentar os obstáculos e dar a volta por cima.

Capítulo 14: Dias felizes

Agora liberta, Felicidade vive com a mãe na Rua dos Cajueiros, em um pequeno apartamento alugado, pagam o aluguel e as contas com as suas economias.

Bonfim e sua filha trabalham em um restaurante, chamado Bahia no Rio (mudou de trabalho), na mesma rua onde elas moram. Maria está em um restaurante baiano, assim como as raízes dela, o que a deixou feliz.

Anna e sua filha, Felicidade, sempre economizam dinheiro para passear nos fins de semana no centro do Rio, Rua da Alfândega e na Rua Uruguaiana, amam se divertir e fazer compras.

Dessa forma, uma história tão trágica e marcante, apesar de seus obstáculos, se transformou em uma história de mulheres batalhadoras e determinadas e mostraram que se têm algum objetivo, irão conquistá-lo.

Anexo 4:

Maria Anna de Bonfim finalmente achou testemunhas, Joaquim Antônio da Cunha e Manoel Rotchildes, elas tinham que ter homens brancos para conseguir, porém depois de tanta luta, ela não conseguiu, só conseguiu pagar as dívidas com o seu trabalho de quitandeira. O único problema era conseguir tirar a filha da escravidão e colocar ela para ajudar a mãe no trabalho.

Depois de meses com a Maria tentando libertar a filha, ela ainda não tinha conseguido, já que faltava dinheiro. Felicidade não entendia como que tinha achado ela, então sua mãe explicou toda sua história desde o início. Maria Anna de Bonfim nasceu e cresceu no Brasil e que adorava ler, e enquanto sua mãe trabalhava, ela ficava lendo muitos livros, mas Maria se separou de sua mãe foi para o Rio de Janeiro aos 12 anos, e ficou na casa de senhores que acolherem muito ela, mas aos 14, ela foi estuprada pelo filho do senhor que ela cuidava, e foi assim que nasceu Felicidade. Ninguém sabia que Maria estava grávida, pois se soubessem iriam tirar sua filha logo após o nascimento, mas assim que Felicidade completou 15 anos acharam ela e levaram-na para ser escrava, e Maria só conseguiu achar sua filha por conta de um jornal que ela viu e sabia que aos 13 anos Felicidade fez uma cicatriz bem na testa. Mas primeiro ela tinha que conseguir uma alforria, e no final de tudo ela conseguiu uma alforria gratuita por conta dos senhores, logo após que conseguiu foi atrás de Felicidade.

Assim que Felicidade escutou essa breve história, tudo fez sentido, então ela e sua mãe foram morar na Rua Alfandega, já que naquele lugar tinha muito movimento, e como elas não eram analfabetas, elas liam muito então aprenderam muitas receitas, e começaram a vender essas comidas e com o dinheiro conseguiram a alforria paga incondicional, e a Felicidade estava livre e conseguiu ajudar sua mãe em outras tarefas.

Anexo 5:

Minha mãe, Maria Anna do Bonfim, era ama de leite, e fui impedida de receber amamentação adequada quando bem pequena. Éramos duas escravizadas, já que nasci antes da Lei do Ventre Livre. Quando moça, fui separada de minha mãe, que foi alforriada. Foi condicionada a se separar de mim, para que não houvesse riscos de me amamentar escondida. Fomos separadas e eu vim para o Rio de Janeiro. Já tinha perdido as esperanças de rever minha mãe. Porém, tantos anos depois ela reaparece, dizendo que

quer me fazer livre e que fará o possível e o impossível para isso. Entretanto, Joaquim, o homem que me levou até minha mãe, tinha agora uma procuração que autorizava minha negociação como escrava, e isso nos deixou com muito medo, pois a qualquer momento Joaquim poderia me vender se isso o fizesse bom negócio. Enfim, nada de ruim aconteceu e acabamos seguindo com o processo judicial para minha alforria. As testemunhas do meu caso eram Joaquim Antonio da Cunha Guimarães e Manoel Rotchildes. Por fim, a corte liberou minha alforria e agora sou uma mulher livre! Vivo feliz com minha mãe, que por milagre reencontrei após anos de espera e angústia.

Anexo 6:

Maria do Bonfim é da Bahia, escrava africana, ama de leite, alugada na cidade de Nichteroy, alguns fotógrafos tiraram fotos para registrar o cotidiano. Ela foi vendida como ama e teve sua maternidade silenciada, foi impedida de amamentar sua filha Felicidade. Duas décadas depois Maria quis achar sua filha. Felicidade tinha uma marca de nascença que Maria sabia que passava de geração em geração. Maria era uma mulher forra, ou seja, conquistou a sua alforria paga condicional, acompanhou seu senhor até sua morte, para achar sua filha ela teve que procurar um homem que vendia e transportava escravos, que achou Felicidade, mas ela não tinha alforria. Maria teve que pagar ele, não tinha dinheiro então pediu para outro homem e assim sua dívida cresceu, depois de alguns meses conseguiu pagar eles e ela e sua filha viveram felizes, morando em sua casinha humilde na rua Uruguaiana.

Anexo 7:

Maria, mulher alforriada que vivia com a esposa do seu falecido senhor no Rio de Janeiro, estava em busca da sua filha que estava sendo escravizada em algum canto do país. Porém, como ela conseguiria encontrar sua filha, Felicidade?

Maria foi separada de sua filha quando sua filha ainda era muito bebê, mas Maria de forma muito inteligente feriu com um corte a mãozinha de Felicidade para deixar uma cicatriz. Essa cicatriz seria uma característica marcante de Felicidade e assim poderiam se encontrar de forma mais fácil se um dia fossem separadas, que foi o que aconteceu.

Ao lado de Elizabeth (esposa de seu senhor), Maria decidiu finalmente procurar sua filha. Mesmo com a pista da cicatriz ainda não seria fácil. Através de documentos que

ela e Elizabeth encontraram com o falecido senhor, descobriram que Felicidade estava sendo escravizada no estado de Alagoas, nordeste do Brasil.

Procurando em anúncios de venda de escravizados, elas acharam a descrição de Felicidade, incluindo a descrição da cicatriz, e assim arrumaram suas coisas e viajaram para Alagoas. Chegando lá, foram de encontro ao senhor de Felicidade. Porém o preço a se pagar para a liberdade de Felicidade seria alto e impossível para Maria e Felicidade .

Maria, no desespero, bolou um plano rápido que poderia ter custado sua vida. Maria e Elizabeth assassinaram o senhor e esconderam o corpo sem deixar rastros. Fugiram desesperadamente para o Rio de Janeiro e viveram no interior com medo de serem encontradas.

Não viveram a vida dos sonhos, mas finalmente mãe e filha estavam juntas e viveram juntas pelo resto de suas vidas.

Anexo 8:

Maria Anna, vendida aos seus onze anos, era africana e foi levada para o Brasil, sendo separada de sua mãe, deixou com ela um pedaço de seu coração e dedicou pensamentos, desde cedo sempre trabalhou com sua mãe, logo, sendo uma escrava doméstica em uma fazenda na Bahia.

A família que comprou Maria tinha um filho que se apaixonou por ela e logo eles viveram um romance leve e proibido. A filha, fruto do amor deles, não seria aceita pela sociedade nem pela própria "família paterna" e a materna, ninguém sabia o paradeiro. Além de mais, ele já era casado.

Quando a filha do seu senhor chorava era hora de "dar de mamar", tirar de sua filha o direito, fato, um laço entre mãe e filha, foi perceptível aos olhos de seu senhor que ela tinha preferências e logo não poderia, armava seu plano.

Buscando o que acreditava ser o melhor, fez com que ele vendesse sua própria filha e que lhe restasse apenas ela, Maria.

"Nunca vou deixar levarem você, nem que custe a minha vida." - Maria

Vendida, mal sabia Maria, sua menina, com doze anos, sua mesma idade quando separada de sua mãe, estava sendo levada, chorando imaginando quando iria ver ela novamente.

Logo, aquele homem, cujo pecado era separar o amor de uma mãe e uma filha que não tinham mais nada além de suas lembranças juntas e sua vida, poderia ser tirada a qualquer momento .

Anos se passaram, Maria levava consigo a dor de perder sua filha e a liberdade que nunca lhe foi dada, a promessa que ela não foi capaz de cumprir, a consumia pelos dias gastos, e ia acumulando aquela dor em seu peito. Cecília Helena era a filha do seu senhor, era contra a escravidão, Maria foi a mãe que ela não teve, pois a mesma morreu em seu parto.

Com um leve peso na consciência, antes da morte de seu senhor, foi feita uma promessa: "Você vai permanecer aqui até meu último suspiro, não vou aguentar ver você longe e viver com isso" - senhor

Dito e feito, Maria ficou lá até sua morte, Cecília entregou a carta que seu pai escreveu antes de morrer, junto com sua alforria e lá foi Maria seguir seu rumo, na carta explicava o que ele fez, seus "porquês" e etc, mas o principal foi para quem ele vendeu a felicidade.

Seguindo rumo a seu destino, chegou ao Rio de Janeiro, se abrigando em uma casa e logo trabalhando como quitandeira, todo dia poderia ser o dia, pelo qual ela tanto esperou de achar sua filha.

Um tempo depois Cecília veio ao encontro de Maria, disposta a ajudar, a localização passada na carta já era antiga demais e naquele momento não ajudaria, a elas que não entendiam sobre isso, logo, uma amizade surgiu após Maria ajudar um belo moço que estava perdido na Rua da Alfândega, tal rua que ela trabalhava e cultivava muitas outras amizades.

Cecília sem perceber se apaixonou pelo moço, Luiz Otávio, que exercia o ofício de curador, com ideais mais parecidos com os dela, que teve total apoio de Maria após uma conversa entre mulheres.

Os três resolveram procurar felicidade e o curador com seu conhecimento ajudou com ideias de como localizar a menina, que logo pelo tempo, tão impiedoso, a tornou uma mulher, infelizmente, não livre.

"22 anos de tristeza e um raio de felicidade" - Maria

Trabalhava todo dia com a mesma motivação, tal que ajudou a encontrar sua filha, ela avistou a jovem junto de sua senhora, carregando algumas coisas que agora pouco importava, antes que Maria conseguisse correr elas tinham sido mais rápidas, porém foi o tempo suficiente para Maria usar o que agora ela poderia, sua fala.

"FELICIDADE! MINHA FILHA! VOLTE!" - Maria

Naquele momento do encontro, não tinha nada que pudesse impedir a felicidade delas.

A história ainda não havia acabado e explicando rapidamente: o curador entrou com o processo. "Testemunhas? Tenho!" Foi difícil mas depois de anos sem sua filha, agora não era hora de desistir!

Não havia motivo para a senhora de Felicidade não a libertar, eram bons argumentos contra sua palavra inútil, que por muito tempo estava ativa era hora de beber de seu próprio veneno.

Felicidade estava liberta! Nos braços de sua mãe, ela não iria ficar calada, foi alforriada e libertada das correntes que a perturbavam cada ano, dia, hora, minuto e segundo de sua vida.

O curador e Cecília ficaram juntos no final, venderam a antiga fazenda e compraram uma casa no Rio, na Rua da Alfândega que foi piedosa e trouxe felicidade para Maria, em seu duplo sentido.

No final das contas tivemos promessas, todas cumpridas. Maria poderia tirar o fardo de seus ombros, felicidade e ela nunca mais seriam separadas e os anos de terror acabaram no primeiro abraço e na liberdade que as duas conquistaram.

Anexo 9:

A História de Uma Crioula

No ano de 1870 Maria Anna do Bonfim era uma quitandeira crioula que teve sua alforria, por meio de uma alforria paga incondicional. Maria logo após que saiu foi à procura de sua filha Felicidade que atualmente tinha 22 anos mas que quando foi separada de sua mãe tinha 14 anos, e que foi separada dela porque foi vendida para outro senhor. Maria descobriu por meio de um jornal que anunciava que uma escrava chamada Felicidade que sua filha poderia estar em Ouro Preto (MG), para libertar sua filha ela pediu ajuda ao negociante Joaquim Guimarães para trazê-la ao seu encontro. Felicidade era uma mucama, e era posse do senhor João Menna. Joaquim conseguiu levar Felicidade até Maria, com uma procuração que o autorizava a negociá-la. Mas não foi nada fácil para Felicidade, após muitos acordos sua mãe conseguiu uma ação de liberdade. Felicidade precisava de um curador que a defendesse, para que ela pudesse lutar por sua liberdade, o curador escolhido foi Duarte Francisco Pereira e ela também precisava de testemunhas que foram: Joaquim Antonio da Cunha Guimarães, 38 anos, casado, natural de Portugal e Manoel Rotchildes, 50 anos, casado, natural da França. Eles foram escolhidos pois tinham sido os antigos senhores de Felicidade. No decorrer de todo esse processo Maria Anna do Bonfim e Felicidade precisavam se sustentar no decorrer do processo, para isso Maria que quando escrava era quitandeira e mesmo depois da alforria continuou nesse ramo ensinou o seu ofício para sua filha elas moravam em uma rua que antigamente se chamava Príncipe dos Cajueiros que hoje em dia se chama Senador Pompeu. Na hora da venda de seus produtos elas circulavam pelo centro da antiga capital do Brasil, o Rio de Janeiro, pois lá havia muita movimentação de pessoas e era bom para o comércio de qualquer produto. Felizmente depois de um certo tempo participando de júris na Corte (capital do Império do Brasil: Rio de Janeiro) Felicidade finalmente conseguiu sua tão sonhada liberdade.

Anexo 10:

Meu nome é Maria Anna do Bonfim. Eu sou uma mulher alforriada, filha de escravizada e estou em busca de minha filha. Eu exerço a mesma função de quando era escrava: quitandeira. Eu tenho uma filha chamada Felicidade, que foi separada de mim quando tinha 14 anos. A situação foi a seguinte: a senhora para quem eu trabalhava estava enviando a sua filha para o Rio (para ficar com a avó) e pagou um homem para levá-la. O homem tinha que ficar esperando do lado de fora, mas não era lá paciente, então pegou a primeira menina que aparentava ter a idade da filha da senhora que passou por ali. Felicidade tentou correr e explicar, mas o homem achava que era a filha da senhora não querendo ir, então não deu ouvidos. Quando chegou no local, a senhora que estava esperando não reconheceu e disse que aquela não era a sua neta. O homem ia trazer Felicidade no outro dia, mas nesse meio tempo, um senhor de escravos se interessou em comprá-la e pediu para o homem levar o pedido junto a ele. Felicidade permaneceu no Rio, pois a senhora aceitou e vendeu-a. Eu já estava desesperada porque não encontrava minha filha, e só entendi o que aconteceu depois de minha senhora vir me avisar que tinha vendido ela. Eu pedi para que ela não fizesse isso, eu implorei, mas ela negou. Minha filha...Era como se uma parte de mim fosse arrancada. E realmente foi.

Obviamente não ia ficar parada. Eu já juntava dinheiro para comprar alforrias para mim e Felicidade. Trabalhei mais duro ainda para conseguir o mais rápido possível. Passei noites em claro fazendo doces a mais para vender e trabalhei durante mais tempo ainda, indo em lugares mais distantes em busca de novos compradores. Não foi tão rápido, já que sete anos se passaram até eu conseguir. Depois de liberta, o meu primeiro feito seria ir para o Rio de Janeiro e pegar minha filha, mas ainda faltava um pouco de dinheiro para quando chegar a hora de comprar a alforria de Felicidade, então trabalhei durante mais um ano (já pensando em tudo: em conseguir uma casa, alimento, a viagem da Bahia para o Rio e a alforria) e fui para lá.

Já no Rio, depois de procurar dando o nome de minha filha e de minha ex-senhora, descobri que Felicidade poderia estar em Ouro Preto. Eu queria muito correr para lá naquela hora. Eu não aguento mais ficar longe da minha filha. Saber que ela estava tão próxima foi um alívio e tanto. Pedi a ajuda de Joaquim Guimarães, um negociante, para

trazer Felicidade, e ele o fez. Quando a vi novamente, nem sei explicar, mas acho que a forma que ela está agora é o que mais me chocou. Agora estou morando e trabalhando na rua da Alfândega, no Rio de Janeiro, com Felicidade e pagando prestações que irão garantir sua alforria.

2 semanas depois.

Descobri que estão me passando a perna. Estou há quase dois meses pagando as prestações pra descobrir que estão sendo à toa. E eles ainda estão dizendo que a Felicidade é propriedade deles. Que gente cara de pau! Mas sei o que fazer: vou abrir uma Ação de Libertação. Felicidade contratou um curador, Duarte Silva Pereira, e vamos relatar isso.

Durante esse tempo em que ficamos aqui, Felicidade trabalhou como quitandeira e eu como empregada doméstica. Uma coisa que é necessário citar é que Felicidade se tornou uma mulher muito simpática. Antes, não que ela fosse antipática, mas era muito quietinha, e essa mudança pode nos ajudar em relação a testemunhas. Têm dois homens que sempre compram doces com ela, Joaquim e Manoel. Os dois homens são brancos, livres e estrangeiros. Felicidade contou a eles que estávamos abrindo uma ação de libertação, pois nos enganaram e depois começaram a dizer que ela era propriedade deles e queriam de volta. Como eles se tornaram amigos de Felicidade, concordaram sem pensar duas vezes em testemunhar. Como eram dois brancos livres e estrangeiros, ajudaria *muito* no tribunal.

Depois da Ação de Libertação.

FELICIDADE CONSEGUIU A ALFORRIA! Agora nós duas somos mulheres livres e isso era tudo que eu queria. Somos eternamente gratas a Joaquim e Manuel, que foram os testemunhos, e Duarte, que defendeu Felicidade.

Não mudou muita coisa em relação a nossos ofícios e moradia: continuei sendo empregada doméstica e Felicidade também continuou sendo quitandeira, só que revezamos às vezes ou trabalhamos juntas; e ainda moramos no mesmo lugar. Temos uma relação ótima! Confiamos muito uma na outra e sempre nos ajudamos e conversamos.

Uma coisa que eu não sei se deveria ficar feliz ou preocupada, é que tem um rapaz que mora numa casa do outro lado da rua que anda muito de olho na Felicidade.

Anexo 11:

Maria Anna do Bonfim, uma criança africana, foi forçada a deixar seu continente e se tornar escrava. Nas Américas, Maria exercia a função de quitandeira e lavadeira. Aos 23 anos engravidou de uma bela menina, que recebeu o nome de Felicidade. Quando crescida, a menina Felicidade, passou a ser uma escrava doméstica, mas por ser muito curiosa vivia sendo castigada.

Por Maria ter recebido o cargo de ama de leite quando ficou grávida, assim que a criança nasceu, ambas foram separadas. Como a menina havia sido vendida a uma casa que ficava próxima do lugar onde morava Maria Anna do Bonfim, a mulher escravizada, escondida, observava o crescimento de sua filha. Felicidade, depois de descobrir que aquela mulher que sempre estava atrás das árvores era sua mãe, não entendia o porquê de sua responsável não cuidar dela e sim de outras crianças.

Quando Felicidade completou 12 anos, resolveu que tentaria conversar com Maria Anna para saber a verdade. No entanto, quando a menina estava prestes a sair, seu senhor apareceu e informou que ele a tinha vendido para uma casa no Rio de Janeiro (capital do Império brasileiro). Na manhã seguinte Felicidade, que era escrava doméstica, já estava a caminho da Corte.

Como o senhor de Maria era viúvo, eles tinham combinado que uma semana depois que ele morresse, sem a necessidade de pagar pela sua liberdade, Maria Anna do Bonfim poderia tornar-se forra. Foi nesse momento, depois de ser alforriada, que a mãe saiu em busca de sua amada filha.

Depois de chegar ao Rio de Janeiro, Maria descobre que Felicidade poderia estar em Minas Gerais e com a ajuda de um negociante, vão a procura da jovem.

Graças às testemunhas, um natural de Portugal e outro natural da França, Felicidade recebeu sua Ação de Liberdade. Mãe e filha estão juntas novamente. Passaram a morar no centro do Rio e trabalhar como mucamas e lavadeiras.

Anexo 12:

A Felicidade de uma mãe

Na Bahia, em 1850, Maria Anna de Bonfim, uma crioula, ama de leite, tem sua filha levada de seus braços assim que nasceu para ser escravizada na capital do império brasileiro (Rio de Janeiro), seu senhor foi quem vendeu a Felicidade e já muito doente veio a falecer, sua viúva sensibilizada com a venda, que nunca foi aprovada por ela, entrega a carta de alforria não pagas condicionais a Maria, precisando cumprir a condição de amamentar o filho de sua senhora. Após dois anos, cumprindo a condição e concretizando sua alforria, iniciando sua nova função como quitandeira, aprendendo a ler e escrever, passavam-se os anos, com uma forte vontade de reencontrar sua filha, juntou suas economias e saiu da Bahia em direção a corte (Rio de Janeiro), com o objetivo de procurar a Felicidade, porque essa era a única informação de quando sua filha foi levada.

Chegando ao Rio de Janeiro ela descobriu através de escravas já alforriadas de Ouro Preto (Minas Gerais), que sua filha se encontrava escravizada pelo senhor João Menna, Maria então pede ajuda a um negociante de nome Joaquim Guimarães para ir encontrá-la, chegando a casa de João Menna, o negociante pede para ver a jovem crioula, Felicidade, e fora da casa Maria aguardava ansiosamente.

Joaquim Guimarães pede ao senhor João Menna para que a mãe pudesse ver sua filha que aguardava lá fora, o senhor permitindo esse encontro, chamou Felicidade para encontrar sua mãe que lá fora a esperava, assim que elas se olharam se reconheceram como mãe e filha pela semelhança física, a negociação não aconteceu, fazendo com que inicia-se uma Ação de Liberdade. Para viver como sua mãe que é alforriada sobre a tutela de seu curador Duarte Francisco Pereira, com suas testemunhas Joaquim Antônio da Cunha Guimarães e Manoel Rotchildes sensibilizados pela história de Maria e Felicidade se ofereceram como testemunhas na Ação da sua Liberdade, a ação movida por Felicidade com profissionais competentes para sua liberdade teve um final favoráveis à ela, e a justiça concedeu seu pedido em 25 de fevereiro de 1871. Felicidade livre começou uma nova história com sua mãe, trabalhando juntas como quitadeiras e as duas encontraram a verdadeira felicidade.



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Produto didático

“Ações de liberdade e cotidiano da escravidão na Corte (1850 – 1888): experiências femininas, trajetórias de vida e Ensino de História”.

Mestranda: Giovanna Pezzino
Orientadora: Profª Drª Keila Grinberg



Apresentação do projeto desenvolvido

Me chamo Giovanna Frade Pezzino, mestranda do ProfHistória da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, graduada também pela UNIRIO, professora de História da educação básica na rede particular do Rio de Janeiro. A pesquisa desenvolvida no mestrado trata da resistência escrava feminina na segunda metade do século XIX, mais precisamente sobre as **ações de liberdade**, processos pelos quais alguns escravizados recorreram à Justiça do Império do Brasil para obter suas **alforrias**. Este é um tema ainda pouco explorado na educação básica, as ações e negociações de escravizados, sobretudo das mulheres, ainda não ganham muito destaque nos materiais didáticos. Esta pesquisa é, portanto, fruto de uma inquietação: “Por que não levar para as salas de aula, histórias **de mulheres escravizadas**, no Brasil do século XIX, que lutaram pela sua liberdade e de seus filhos?” Desta inquietação, surgiu esta oficina didática que vai nos apresentar a história de **Felicidade** e **Maria Anna do Bonfim**. Mas será que elas existiram mesmo?

Índice

01

Introdução

03

As pistas

Apresentação das pistas que serão utilizadas para a execução da tarefa.

02

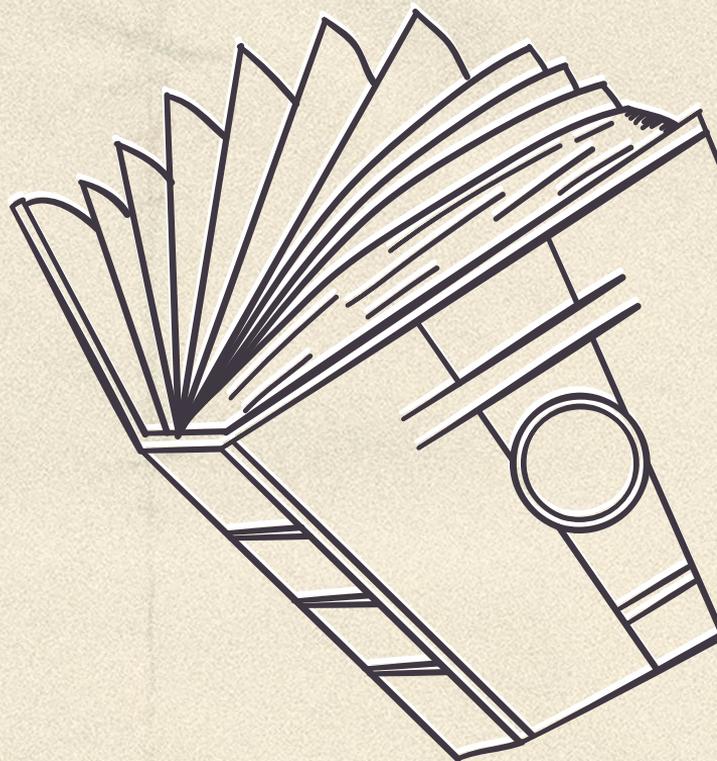
Primeiros passos

Primeiros dados da oficina e explicação da tarefa a ser desenvolvida.

04

Conclusão

Final da história e apresentação das tarefas.





01

Introdução

Você sabe o que é uma biografia?

Segundo o dicionário Michaelis biografia é:



“relato não ficcional de uma série de eventos que constituem a vida (ou parte da vida) de uma pessoa, em geral notável por seus feitos ou obras”.



Seguindo essa lógica, uma **autobiografia**

é *“a vida de uma pessoa, escrita por ela própria”.*



Quais biografias ou autobiografias publicadas vocês conhecem?

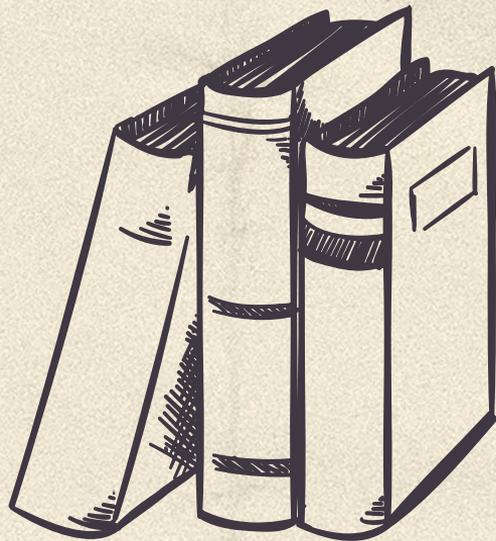
Celebridades? Personalidades famosas? Políticos?

Mas e as pessoas comuns? Nós, ou as milhares de pessoas que fazem parte da história do nosso país, podemos escrever nossas autobiografias? Ou podemos escrever as biografias de personagens importantes de nossa história, mas pouco conhecidas? **O que a história de vida das pessoas que foram escravizadas durante o Império brasileiro teria a acrescentar a respeito da história do Brasil?**



02

Primeiros passos



Tarefa



A partir das reflexões anteriores nós os convidamos a **escrever uma biografia**. Mas calma, não precisa ser um livro inteiro, pode ser um trecho. Em terceira pessoa, ou seja, você vai **narrar** a história de outras pessoas. Ou em primeira pessoa, nesse caso, você irá **fazer de conta** que é uma das personagens apresentadas, e poderá escrever, por exemplo, algumas páginas de um **diário**.



Personagens

Maria Anna do Bonfim e Felicidade. Maria uma **mulher, negra, escravizada** na Bahia no século XIX, depois **alforriada**, que vem para o Rio de Janeiro (capital do império brasileiro) a procura de sua filha, Felicidade. Pronto, sua história (biografia ou diário) já conta com duas personagens.

Você pode escolher escrever a biografia ou diário, da Maria ou da Felicidade. Mas inevitavelmente, esta história deverá apresentar as duas, afinal, nossas heroínas são mãe e filha.

Lembre-se



Vamos começar?

Eu começo a contar a história de Maria e Felicidade, e vocês irão completar. **Pista a pista**, vocês terão ferramentas para que possamos concluir essa narrativa. Nós usaremos a nossa imaginação, mas não podemos esquecer que nossas personagens são duas mulheres, uma escravizada, outra liberta, ou seja, também teve sua vida marcada pelo cativeiro. Quem ler a nossa história precisa acreditar nela, então, temos que estar atentos às possibilidades da vida dessas duas mulheres como **personagens no século XIX**.

Felicidade, uma jovem de 22 anos. No ano de **1870**, inicia uma ação de liberdade. Ação de liberdade foi um meio pelo qual, **alguns** escravizados recorreram à justiça para conseguir sua alforria, ou seja, a sua liberdade.

Maria Anna do Bonfim, **alforriada**, sai da Bahia em direção à Corte (Rio de Janeiro) com o objetivo de procurar sua filha, Felicidade, que por força dos negócios da escravidão foi separada de sua mãe. (CHALHOUB, 2011).

Chegando ao Rio de Janeiro, Maria descobre que sua filha pode estar em Ouro Preto (MG), e pede ajuda à um negociante de nome Joaquim Guimarães para ir até lá e trazê-la ao seu encontro. Felicidade é encontrada sob posse do senhor João Menna, e é trazida para o Rio por Joaquim com uma procuração que o autorizava a negociá-la. Os infortúnios de Felicidade não param por aí. Uma série de acordos entre sua mãe e outros negociantes de escravizados a levaram a abrir uma ação de liberdade, sob a tutela de seu **curador** Duarte Francisco Pereira.

Felicidade era escravizada, para recorrer à justiça, ela precisava de um homem livre que a representasse (curador), ou seja, que a defendesse, *“este homem era também um **advogado**. Assim, ao defender um escravo, está exercendo sua profissão.”* (GRINBERG, 1994, p. 64).

03

Pistas



Viram? Começamos a narrar essa história. Agora vem as partes dela que nós não sabemos, mas iremos imaginar para que a nossa narrativa fique completa. Vamos às pistas:

Pista 1:

O ponto de partida de Maria do Bonfim é a Bahia, mas não sabemos se Maria era uma crioula (escravizada nascida no Brasil) ou uma africana. Antes de 1871 quando a lei do ventre livre entra em vigor, a condição de escravizado passava pelo ventre, ou seja, se a mãe fosse escravizada, os filhos também seriam, portanto, **Felicidade poderia ser filha de uma mulher escravizada, e nascida aqui mesmo no Brasil. Ou ela também poderia ser uma escravizada vinda da África.** Até 1831, os portos brasileiros recebiam **legalmente** dezenas de navios com mais e mais pessoas que seriam vendidas como escravizados nos mercados das cidades.



Pista 2 (Parte 1):

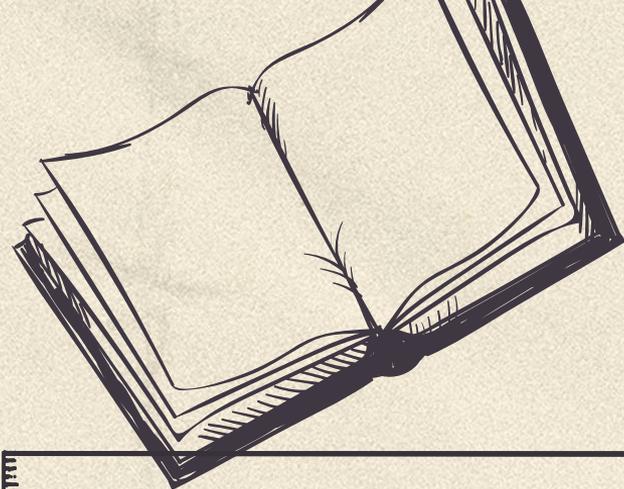
Não sabemos também qual o ofício desempenhado por Maria enquanto escravizada. Ela poderia ser uma escravizada doméstica, ou uma escravizada ao ganho (quitandeira, por exemplo), ou ainda uma ama de leite. Vejamos algumas possibilidades:

- *Vende-se uma preta boa lavadeira e engommadeira; rua D. Manoel n. 39.*

(Jornal do Commercio, 1861)

- *Na rua da Independência em Icarahy, cidade de Nichteroy, n.25, aluga-se para ama de leite uma rapariga muito moça perfeita mucama, a qual sabe pensar e tratar de crianças, corta e cose toda a obra.*

(Diário do Rio de Janeiro, 1858.)



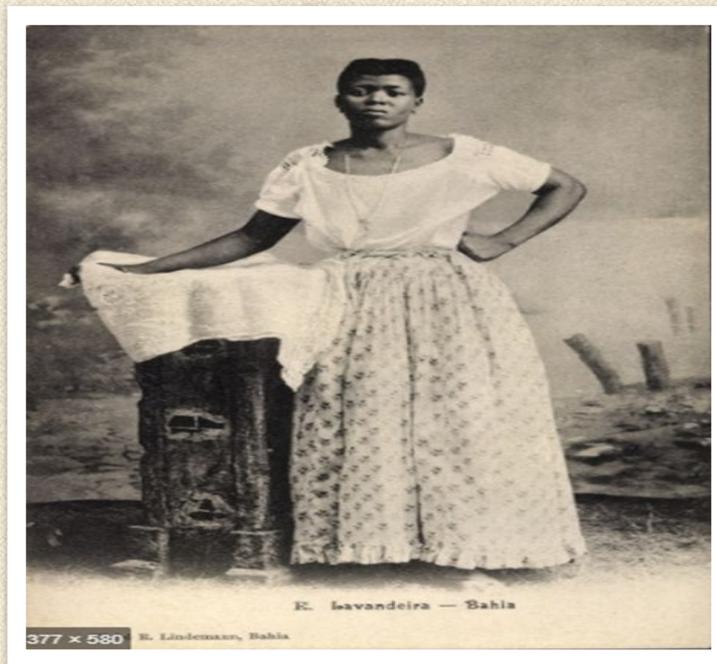
Quitandeira: mulher que faz quitanda (doces e outras iguarias caseiras), geralmente à base de farinha.

Mucamas: escrava negra escolhida para ajudar nos serviços caseiros, para acompanhar pessoas da família ou para servir de ama de leite.

Pista 2 (Parte 2): Vocês sabiam que já existia fotografia no século XIX? Pois já, e alguns fotógrafos dedicavam-se a registrar o cotidiano das cidades escravistas, Rio de Janeiro e Salvador, por exemplo. Algumas fotografias eram feitas em estúdio, outras ao ar livre, como vocês verão abaixo. Essas fotografias também podem nos ajudar a pensar no ofício desempenhado por Maria.



Marc Ferrez, 1875 - Rio de Janeiro



Rodolpho Lindemann - Bahia - "Lavadeira"

Pista 3 (Parte 1): Quais circunstâncias levaram à separação entre Maria e Felicidade? Felicidade tendo nascido de ventre escravizado, possuía a mesma condição. Mas não sabemos quais foram os negócios que levaram a separação entre mãe e filha.

Lá em cima, na **pista 2**, há uma possibilidade para compreendermos a separação entre mães e seus filhos, durante a vigência da escravidão. Em um dos anúncios apresentados aparece o termo: **ama de leite**. Como aponta a historiadora Mariana Muaze, as escravizadas que eram vendidas ou alugadas como amas tinham sua maternidade silenciada. Ou seja, a escravizada possuía leite pois tinha dado à luz a seu filho, mas no momento em que era utilizada para amamentar o filho de seus senhores ela era impedida de amamentar seu próprio filho (MUAZE, 2018). Por vezes, o impedimento do aleitamento dos bebês das escravizadas poderia representar a separação de mãe e filho (s).

Vocês acham que Maria teria condições de reconhecer sua filha duas décadas depois? Se Felicidade tivesse sido separada dela ainda bebê. **Vamos imaginar um mundo sem internet, redes sociais, fotografias coloridas feitas através do celular, vocês acham que Maria teria condições de iniciar essa busca pela filha mais de 20 anos depois de ter sido separada de sua bebê?**



Pista 3 (Parte 2):

Se vocês acharam difícil imaginar sua história com a pista das amas de leite, apresentaremos outra: mais alguns anúncios de jornais, neles podemos ver jovens sendo negociadas para diversas funções. **Uma dessas jovens poderia ser Felicidade? Se Felicidade foi separada de sua mãe na juventude, ficaria mais fácil, para Maria, procurar sua filha?** Vejam os anúncios:



Crioula - Vende-se uma linda crioula de 14 annos, com princípios de costura, e muito diligente para o serviço de uma casa, para ver na rua de Matacavallos n. 67.

(Diário do Rio de Janeiro, 1861)

Vende-se uma boa mucama de 17 para 18 annos, vistosa e muito sadia, sabendo coser, engommar e lavar; para tratar, na rua S. Pedro n.43.

(Jornal do Commercio, 1860)

Pista 4 (Parte 1): Maria do Bonfim era uma mulher forra, ou seja, conquistou a sua alforria. Porém, não sabemos sob quais condições e de que forma ela conseguiu sua liberdade. Analisando a **historiografia** acerca das **manumissões** no Brasil temos acesso às inúmeras possibilidades a qual os escravizados poderiam ter acesso para chegar à conquista da alforria. Apesar disso, não sabemos de que forma Maria conseguiu a sua alforria, e esta é outra lacuna nessa história. Usando esses estudos, vocês podem imaginar como Maria conquistou a sua liberdade.

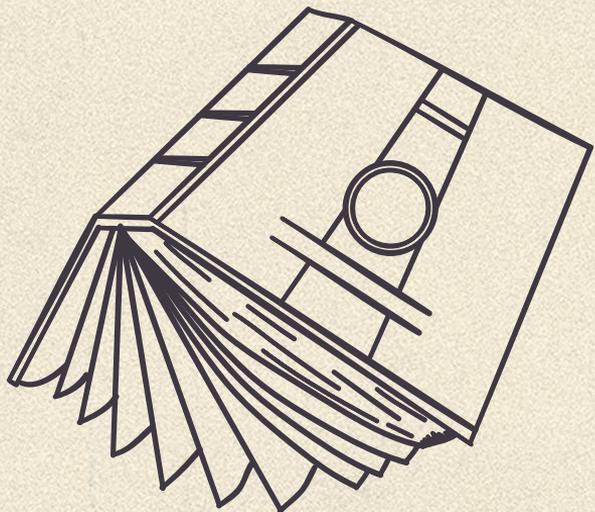
Alforrias pagas incondicionais: quando o escravizado pagava por sua alforria. “A maioria das alforrias pagas foi custeada através do resultado do trabalho da própria beneficiada.” (FARIA, 2008, p. 13). O escravizado poderia acumular pecúlio, que geralmente era utilizado para a compra da própria carta de alforria.

Alforrias pagas condicionais: quando o senhor, além do pagamento estabeleceu uma condição a ser cumprida, que poderia ser, por exemplo, acompanhá-lo até sua morte.



Pista 4 (Parte 2):

Alforrias não pagas condicionais: quando o escravizado não pagou pela sua alforria, mas precisou cumprir uma condição para concretizar sua alforria, que também poderia ser, nesses casos, acompanhar seu senhor até a morte, ou ainda acompanhar a esposa do senhor enquanto ela fosse viúva, ou seja, até a morte da esposa de seu senhor.



Lembrem-se : podemos apontar que Maria do Bonfim não foi uma mera espectadora da história que vocês estão escrevendo conosco, ela também foi **agente dessa história**. Sua alforria, paga ou não, condicional ou não, foi fruto da **capacidade de negociação de Maria com seu senhor, ou senhora**.

Alforrias gratuitas: “aquela em que não se faz menção a pagamento ou cumprimento de condições. Esse tipo de carta em geral, pressupunha alguma afetividade entre o senhor e o escravo, que compreendia variados tipos de relação.” (ALMEIDA, 2007, p.166).

Pista 4 (Parte 3): Mais algumas informações sobre alforria e liberdade:

- As mulheres foram mais privilegiadas no acesso à **manumissão (alforrias)**, apesar de bem menos numerosa na população escravizada. Por dois principais motivos, como aponta a historiadora Sheila de Castro Faria:
 - 1) Capacidade da mulher escrava em acumular **pecúlio**;
 - 2) Pelo **grau de afetividade** que elas puderam estabelecer com seus senhores, fosse como ama-de-leite de seus filhos, no serviço doméstico ou como amantes*.

* Porém, precisamos ter em mente que nem sempre essas relações eram verdadeiramente amorosas, em muitos casos envolvia uma série de abusos e violência.

- A alforria não era algo 100% garantido para o resto da vida do alforriado, vejamos o que aponta a historiadora Keila Grinberg:

“Em meados do século XIX, uma pessoa escravizada que tivesse conseguido se libertar poderia ter sua alforria revogada se fosse acusada de ingratidão.”

- E por fim, haviam muitos casos de **re-escravização ou escravização ilegal**, quando a pessoa nascia livre, ou conquistava a alforria, mas era escravizada ilegalmente após um sequestro, como aponta a pesquisadora Virgínia Barreto.



Pista 5: Após se encontrarem na Corte (capital do Império do Brasil: Rio de Janeiro), mãe e filha passaram a viver juntas. Que tipo de trabalho executavam para se manter? Vocês podem pensar em diversas possibilidades, inclusive retomando os ofícios apresentados nas pistas 2 e 3 (anúncios/ fotografias, veja mais duas abaixo). Pois, Maria pode ter continuado a desenvolver no Rio de Janeiro, junto à sua filha, o mesmo ofício que desempenhou na Bahia, como escravizada e depois como liberta.



(João Goston, 1870 - "Vendedora" - Bahia)

(Alberto Henschel, 1869 - Bahia)



Pista 6 (Parte 1): Vocês acham importante que a história tenha um cenário? Já sabemos que Maria e Felicidade viviam na cidade do Rio de Janeiro. Mas por quais ruas nossas personagens circulavam? Na segunda metade do século XIX, o centro da cidade do Rio de Janeiro era o ponto mais movimentado da Corte. Lojas, repartições públicas e edifícios comerciais são comuns até hoje nas ruas do centro do Rio, mas você sabia que também havia muitas moradias? Pois era lá que as duas moravam. E, provavelmente, trabalhavam.



Você já ouviu falar na Rua da Alfândega? E na rua Uruguaiana? Essas duas ruas muito movimentadas nos dias de hoje também eram ruas movimentadas na época das duas. E elas circulavam por lá.

Pista 6 (Parte 2):

E a rua Príncipe dos Cajueiros? Se vocês procurarem no mapa não a encontrarão. Mas era nessa rua que que Maria e Felicidade viviam. Ao lado, temos uma crônica publicada em 1957 que nos indica por que não encontramos o nome dessa rua no mapa.

(Correio da Manhã, 1957)



Falar de Mário Perderneiras, nesta rememoração de homens e coisas da cidade, é quase um dever, de tal maneira se integrou ele na vida carioca, celebrando em seus versos chelos de harmonia os aspectos, as árvores, as ruas, as delícias urbanas desta magnífica metrópole.

Nascido na rua do Príncipe dos Cajueiros, que é hoje prosaicamente a Senador Pompeu, Mario deliciou os olhos, desde o berço, na visão das coisas citadinas, no céu, nas praias, nas montanhas, em tudo que dá ao Rio a justificação de Cidade Maravilhosa.

Como disse com justeza Rodrigo Octavio (Filho) ele foi, "dos poetas nossos, o que com mais sentimento e humanidade, cantou esta linda terra carioca".



Pista 7: Começamos essa história falando de uma Ação de liberdade, ou seja, um processo, aberto pelo curador de Felicidade, na Justiça do Império do Brasil. Você já deve ter visto em filmes, séries e livros que a maior parte dos processos judiciais precisam de testemunhas. No caso da ação de Felicidade não foi diferente. Observe abaixo os nomes de algumas testemunhas de Felicidade:

- Joaquim Antonio da Cunha Guimarães, 38 anos, casado, natural de Portugal;
- Manoel Rotchildes, 50 anos , casado, natural da França;

O que esses dois nomes têm em comum? Por que vocês acham que Maria e Felicidade indicaram essas pessoas como testemunhas na ação de liberdade?





04

Conclusão

Até aqui vocês foram fazendo escolhas, imaginando possibilidades para preencher a história de vida de Maria Anna do Bonfim e Felicidade, mas vocês já pararam para pensar se Maria e Felicidade existiram mesmo? Assim, de verdade? **Essa história toda que a gente está aqui escrevendo é pura ficção ou realidade?**

Nesse ponto, em que nos encaminhamos para o final da história, é preciso que vocês saibam que, sim, Maria Anna do Bonfim e Felicidade existiram e resistiram nesse século XIX marcado pela escravidão. Chegamos à elas através da **Ação de liberdade**. Este processo judicial está no Arquivo Nacional, e encontramos muitas outras ações como esta por lá. Mas o processo não nos disse tudo o que gostaríamos de saber sobre a vida dessas duas mulheres, por isso, nós pedimos para vocês imaginarem essa história, dentro das possibilidades da época, e da condição a que ambas estavam submetidas.

Toda história tem um final, então: **qual seria o final possível da história dessas duas mulheres? Felicidade ganhou a ação de liberdade, conquistando assim a sua liberdade?**

Durante parte da história de suas vidas, foram vítimas do sistema escravista, mas que no curso desta mesma história não foram apenas vítimas do cativeiro, mas **agentes de sua história**, na medida em que **resistiram** à escravidão cada uma a sua maneira.



A ação movida por Felicidade teve um final favorável à ela, e a justiça concedeu sua liberdade. Veja um trecho da decisão judicial:

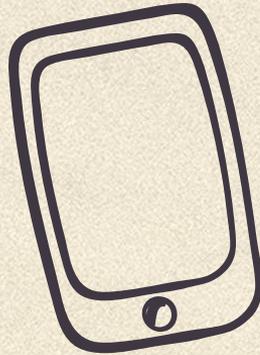
“Rio 25 de fevereiro de 1871

*(...) E pague, considerando elas outorgantes, por um lado que mesmo no caso de ser-lhe facionar o êxito da ação, isto é, **deve conceder o direito a liberdade da Outorgante Felicidade**, não pode deixar de lhes impor digo de se lhes impor a cláusula de, por seus serviços sublocarem aos outorgados do preço da compra, juros e despesas relativas descontadas disso a quantia de quatrocentos e cinquenta mil réis já recebidos pelos outorgados; e atendendo, por outro lado os outorgados a que, com quanto lhes assista o direito de não cumprirem a convenção que haviam feito com Maria do Bonfim, pela violação por ambas cometida, não lhes convêm contudo usar desse direito; acordaram as outorgantes para porem termo aquela ação com **os outorgados, em reconhecerem estes desde já a liberdade da outorgante Felicidade, e não, como aliás a havia convencionado, somente depois de pagar o preço da compra, juros e despesas relativas da mesma outorgante (...)**”*

(Arquivo Nacional)



Agora que vocês já sabem como acabou a ação de liberdade, vão poder concluir a história que vocês estão escrevendo. O que será que aconteceu com elas após a decisão judicial? **As pistas dadas até aqui podem fazê-los imaginar um “final” para essa história. Como viveram depois de conquistarem juntas a liberdade de Felicidade? Onde viveram? O que faziam para se sustentar? Será que Felicidade teve filhos?** O processo não nos diz nada disso. Mas é possível **imaginar**, e concluir as páginas da biografia, ou do diário que estão escrevendo.



Obrigada! =)

Agradeço a participação de todos na execução deste projeto, em especial meus alunos e minha orientadora Keila Grinberg.

Dúvidas?
giovannafpezzino@gmail.com



CREDITS:

This presentation template was created by Slidesgo, including icons by Flaticon, infographics & images by Freepik

Please, keep this slide for the attribution



Referências bibliográficas

Fontes primárias:

Arquivo Nacional
Hemeroteca da Biblioteca Nacional
Brasília Fotográfica (Biblioteca Nacional)

Fontes secundárias:

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. “Da prática costumeira à alforria legal”. *Politeia: revista de História e Sociologia*. v. 7, n. 1, pp. 163-186. 2007.

BARRETO, Virgínia Queiroz. “Da escravidão à liberdade: a história de Maria da Conceição, roubada e escravizada (Nazaré, 1830 – 1876)”. *Revista Estudos Históricos*. V. 32, n. 66, pp. 101-122. 2019.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FARIA, Sheila de Castro. Aspectos demográficos da alforria no Rio de Janeiro e em São João Del Rey entre 1700 e 1850. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais as Desigualdades Sócio demográficas e os Direitos Humanos no Brasil. (2008).

GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

MUAZE, Mariana. “Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX”. In: Xavier, Regina Célia Lima & Osório, Helen (orgs). *Do tráfico ao pós-abolição – trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, pp. 360-392. 2018.

